

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO ECONÔMICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

GILMAR NUNES MACHADO

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O IDEB: PROPOSTAS E DESAFIOS
PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA/PR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2011

GILMAR NUNES MACHADO

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O IDEB: PROPOSTAS E DESAFIOS
PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA/PR**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão Econômica, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal”
Orientadora: Profa. MSc. Ana Cristina Macedo Magalhães

CURITIBA/PR

2011

TERMO DE APROVAÇÃO

Título do Trabalho

Esta monografia foi apresentada às 15h, do dia 06/12/2011, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal – Departamento Acadêmico de Gestão Econômica – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Prof. MSc. Ana Cristina Macedo Magalhães
(UTFPR)

Prof. MSc. Jorge Carlos Corrêa Guerra
(UTFPR)

Visto da Coordenação:

Prof. MSc. Antonio Gonçalves de Oliveira
Coordenador do Curso de Especialização em
Gestão Pública Municipal

A DEUS... Quem me capacita diante
dos desafios e obstáculos;
Aos meus pais, Otacílio e Marlene por
todo suporte e amor; Aos meus
irmãos, sobrinhos e cunhado pela
compreensão e cumplicidade ao
longo da minha caminhada; Em
especial a minha irmã *Sonia* pelo
constante incentivo e apoio.

AGRADECIMENTOS

A todo corpo docente da UTFPR que ao longo de todo o curso compartilharam conosco suas experiências, conhecimentos e técnicas, tornando possível o nosso progresso e a apropriação de novos saberes.

A Prof^a. MSc. Ana Cristina Macedo Magalhães que, com muita paciência, sabedoria e dedicação aceitou e cumpriu com o desafio de me orientar na elaboração desse trabalho.

Ao Prof. MSc Antonio Gonçalves de Oliveira e a Prof.^a MSc. Sandra do Rocio por ter, apesar da distância, nos acompanhado tão de perto com constantes alertas, mantendo-se sempre presentes e apostos às nossas dúvidas e questionamentos.

A toda equipe do polo UAB de Telêmaco Borba, especialmente a coordenadora Dulcineia Vella e as Tutoras presenciais Vera Lucia e Patrícia pela acolhida, paciência e informações gentilmente transmitidas.

As colegas de curso Tania A. Rocha, Carla Merhy e Josélia Belinovski pela cumplicidade e parceria em todas as tarefas propostas, ao amigo Adriano R. Biajone do polo de Itaóca pelo apoio e companheirismo, principalmente nas etapas finais do curso.

A toda a Turma de uma forma geral, pela amizade e descontração nos momentos de estudos que proporcionaram diversas e agradáveis lembranças que ficarão registradas em nossas mentes.

A equipe da Secretaria Municipal de Educação, especialmente a professora e chefe da Divisão de Planejamento de Ensino Edina Guimarães, pela colaboração ao conceder informações de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa.

Enfim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

MACHADO, Gilmar Nunes. **Considerações sobre o IDEB: propostas e desafios para uma educação de qualidade na Rede Municipal de Ensino do Município de Telêmaco Borba.** 2011. 64 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná e UAB – Universidade Aberta do Brasil. Telêmaco Borba, 2011.

Esta pesquisa apresenta uma abordagem referente à implantação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB – e sua relevância para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade do ensino. O IDEB surgiu em decorrência da evolução das avaliações externas a partir da criação do Plano de Desenvolvimento da Educação Básica que expôs a preocupação em se oferecer aos brasileiros uma educação de qualidade. Como objetivo, a pesquisa procurou analisar a influência do IDEB a partir da definição do termo indicador como elemento norteador das políticas públicas e como instrumento de elaboração, direcionamento e controle das ações educacionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação. Partindo de dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e informações concedidas pela SME de Telêmaco Borba, demonstrou-se o desempenho das escolas municipais comparadas ao contexto microrregional e estadual. Os resultados observados denotam que a educação fundamental no município está caminhando progressivamente, porém a meta do IDEB prevista para ser alcançada até 2022 continua sendo um desafio que exigirá um trabalho constante por parte dos profissionais da educação.

Palavras-chaves: Indicadores, Avaliação, Políticas Públicas, Educação, Ideb.

ABSTRACT

MACHADO, Gilmar Nunes. Considerations about “IDEB”: challenges and proposals for a quality education in the Telêmaco Borba Municipal School. 2011. 65 f. Monograph (Specialization in Public Management Municipal) - Federal Technological University of Parana and UAB - Open University of Brazil. Telêmaco Borba, 2011.

This research presents an approach about the implantation of Development Index of Basic Education – “IDEB” (Índice de desenvolvimento da Educação básica) - and its relevance to the development of public politics aimed to improving the quality education. The “IDEB” appeared as a result of external evaluations trajectory from the creation of the Development Plan for Basic Education that expose a concern to provide for Brazilian people a quality education. As goal, the research sought to examine the “IDEB” influence from the definition of the indicator term guiding to the public politics and as an instrument of preparation, direction and control of educational activities developed by the Municipal Education Office “(Secretaria Municipal de Educação)”. Based on data released by the Education Department “(MEC – Ministério da Educação)” and information given from Telêmaco Borba Municipal Education Office demonstrated the municipal schools performance in the state and micro-regional context. The results observed denote that the basic education in this city is moving progressively, but the goal of IDEB expected to be achieved until 2022 continue to being a challenge that will require constant work and dedication by all segments related to education.

Keywords: *Indicators, Evaluation, Public Politic, Education, “IDEB”*

"O destino não é uma questão de sorte, mas de escolha. Não é algo pelo que se espera, mas que se busca." (Willian J. Bryan).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental – 2005 a 2010	48
Tabela 2: IDEB 2009 do município e as projeções para 2021/2022	48
Tabela 3: Desempenho das escolas municipais e a projeção para 2021/2022	49
Tabela 4: Evolução do IDEB por escola da rede municipal	50
Tabela 5: Aumento esperado para os anos iniciais do ensino fundamental	52
Tabela 6: IDEB da microrregião - séries iniciais do ensino fundamental	53
Tabela 7: Tabela 7: Variação do IDEB na microrregião - 2005 a 2009	54
Tabela 8: Meta do IDEB esperado para municípios da microrregião em 2021/2022	55
Tabela 9: Média estadual, média municipal e projeção do IDEB para 2021/2022	55
Tabela 10: Aproveitamento escolar no município de Telêmaco Borba	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar:
APAE	Associação Pais e Amigos dos Excepcionais
CEMAE	Centro Municipal de Apoio Especializado CEMAE
CMEI	Centros Municipais de Educação Infantil
DAEB	Diretoria de Avaliação da Educação Básica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional Para Certificação de Competências
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estado Unidos da América
FICA	Ficha de Comunicação do Aluno Ausente
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação Básica
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
PNE	Plano Nacional da Educação
PNUD	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SME	Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1. INTODUÇÃO	12
1.1 Objetivos	13
1.1.1 Objetivo Geral.....	13
1.1.2 Objetivos Específicos.....	13
1.2 Metodologia	13
2 INDICADORES – UMA ABORDAGEM CONCEITUAL	15
2.1 Ampliação da área de abrangência dos Indicadores.....	16
2.2 Os Indicadores na Orientação das Políticas Públicas.....	18
2.3 A educação que os indicadores revelam.....	22
2.3.1 A preocupação com as políticas educacionais na década de 1990.....	22
2.3.2 Avaliações externas vinculadas aos indicadores da educação básica	23
2.3.3 Plano de Desenvolvimento d a Educação Básica (PDE).....	27
2.3.4 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	30
3 METODOLOGIA	34
3.1 Localização da pesquisa.....	34
3.2 Técnicas de Pesquisa.....	34
3.3 Coleta de Dados	36
4 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA.....	38
4.1 Organização das Políticas da Educação em Telêmaco Borba.....	39
4.1.1 Programa escola Aberta	40
4.1.2 Escola em Tempo Integral.....	40
4.1.3 Contraturno Socioeducativo.....	41
4.1.4 Apoio Pedagógico Especializado.....	41
4.1.5 Estudos Complementares – Processos de Intervenção.....	42
4.1.6 Mobilização para a Inclusão Escolar e Valorização da Vida	43
4.1.7 Formação Continuada dos Trabalhadores em Educação.....	43
4.1.8 Projeto clube da Matemática	45
4.1.9 Projeto Escola e Família por uma educação de qualidade	45
4.1.10 A Proposta Pedagógica do Município.....	46
4.1.11 Plano Municipal de Educação	47
4.2 IDEB Apresentado pelas Escolas Municipais no período de 2005 – 2009	48
4.2.1 Comparativo do Índice com a microrregião e o Estado do Paraná	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE.....	64

1. INTRODUÇÃO

Com o intuito de melhor entender a dinâmica das políticas públicas da educação e os instrumentos que norteiam as ações direcionadas ao segmento educacional na tentativa de melhorar a qualidade do ensino, buscou-se neste trabalho demonstrar a importância das avaliações externas e seu papel no sentido de evidenciar possíveis lacunas que interferem negativamente na aprendizagem e conseqüentemente no conceito dado a educação brasileira.

Em decorrência da valorização das questões educacionais, o Ministério da Educação lança o PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação Básica que incluiu em seu programa o IDEB – Índice de desenvolvimento da Educação Básica, um indicador composto por dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações externas, especificamente a Prova Brasil. O índice conquistado por cada escola colabora para que cada gestão identifique as carências, atuando diretamente no problema, estabelecendo metas de qualidade educacional para cada sistema escolar (BRASIL, 2011).

Para cumprimento dos objetivos, a pesquisa apresenta maior ênfase nos resultados do IDEB obtidos pelas séries iniciais do ensino fundamental do município de Telêmaco Borba, com exposição das ações políticas desempenhadas pela SME a fim de superar os desafios e promover de uma educação de qualidade.

O problema que norteou a pesquisa, parte do pressuposto de que os indicadores vinculados ao segmento educacional, particularmente o IDEB, foram lançados com o intuito de avaliar e melhorar a qualidade do Ensino Básico do país surge, portanto a questão: Quais políticas foram ou estão sendo elaboradas e quais os desafios enfrentados pela Rede Municipal de Ensino para se garantir além da elevação dos índices estatísticos melhoria efetiva da educação fundamental?

A opção pelo desenvolvimento do tema em questão encontra justificativa no fato do termo ‘Educação’ estar no centro de muitas discussões sobre as políticas que elevem a qualidade e que conseqüentemente garantam a credibilidade do Ensino Básico, sendo ainda um assunto prioritário especialmente em períodos eleitorais. Os indicadores ligados ao sistema de ensino nacional conseguem expor a realidade, abrindo campo para novas propostas, ações políticas e metodológicas, capazes de garantir a qualidade almejada.

Desta forma a escolha do tema se apoia também no interesse em se conhecer as ações existentes para melhoria da qualidade do ensino, bem como a influência que os números revelados pelo IDEB exercem sobre as políticas educacionais. O assunto exposto no presente trabalho pode ainda ser destinado aos estudantes e demais cidadãos interessados em informações

e esclarecimentos mais detalhados sobre esse elemento integrante do sistema educacional brasileiro.

Ao considerar o nível teórico, espera-se com esta pesquisa contribuir para melhor entendimento sobre a importância e os reflexos do IDEB sobre a educação fundamental no município de Telêmaco Borba, assunto este que poderá ser disponibilizado para população em geral.

Tomando-se como referência o nível prático, espera-se viabilizar um estudo da situação atual, analisando a importância de se conhecer a realidade da educação fundamental, assim como seus pontos críticos que merecem intervenção, dentro de um processo que garanta a existência e permanência de uma educação de qualidade, abrindo assim o caminho para realização de fóruns anuais para a troca de experiências entre os profissionais envolvidos na educação e análise crítica dos resultados, o que resultaria em um engajamento integral para desenvolvimento de ações contínuas que alcancem a qualidade permanente do ensino e a formação plena do indivíduo.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a influência do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), na Gestão Pública Municipal – O estudo de caso da cidade de Telêmaco Borba/PR.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Conhecer o pensamento de estudiosos a respeito da importância dos indicadores para controle, intervenção e implementação de políticas públicas;
- Listar as ações tomadas pela gestão pública no período de 2005 a 2010 no Município de Telêmaco Borba/PR e suas influenciadas sobre IDEB;
- Comparar o IDEB das escolas de Telêmaco Borba e dos municípios da microrregião com as projeções feitas para o ano de 2022;
- Contextualizar os índices educacionais apresentados pelo município, comparando-os com os índices da microrregião e com a média do Estado do Paraná.

1.2 Metodologia

O presente trabalho terá como abordagem uma pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando-se de livros, revistas ligados ao assunto e textos extraídos dos meios eletrônicos que versem sobre o tema, buscando desta forma, opiniões de autores sobre o assunto abordado, além de entrevistas com profissionais da Secretaria Municipal de Educação na tentativa de visualizar e enumerar as ações aplicadas na rede municipal que compreende os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano).

As informações obtidas com a pesquisa foram distribuídas em quatro Capítulos, sendo que no Capítulo I procura-se apresentar a forma de distribuição do trabalho, com exposição do tema, estruturação do problema e apresentação da justificativa.

No Capítulo II, o termo indicador é descrito de acordo com o conceito de alguns autores como Armani, Miranda, Jannuzzi, entre outros; com isso se constata fatos relevantes em relação ao aperfeiçoamento e expansão dos indicadores dentro do cenário social e econômico, configurando como um instrumento de aplicação abrangente que oferece evidências expõe os “sintomas” e/ou a necessidade de intervenção dentro da estrutura organizacional que esta sendo considerada. Migrando para área educacional, surgem as políticas de desenvolvimento da educação básica e a utilização das avaliações externas que dão sustentação a existência de indicadores nesse segmento da sociedade.

Na sequencia, o Capítulo III apresenta a metodologia desenvolvida através de pesquisas bibliográficas em vários autores, pesquisas documentais, pesquisa de campo de cunho qualitativo e quantitativo, além do levantamento de dados e entrevista, a metodologia utilizada de forma adequada oferece suporte ao desenvolvimento do trabalho e concede o subsídio necessário para edição do Capítulo IV.

No Capítulo IV tem-se a descrição das principais ações executadas pela Secretaria Municipal de Educação de Telêmaco Borba no período de 2005 a 2010 e sua conexão com a melhoria da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Esse mesmo Capítulo ainda dispõe dados numéricos sobre o aproveitamento no IDEB das séries iniciais do ensino fundamental de município de Telêmaco Borba, neste contexto se estabelece um comparativo com a microrregião e com o Estado. A análise e discussão dos resultados tabulados complementa a conclusão deste capítulo.

As considerações finais apontam que numericamente a educação básica tem apresentado evolução, porém muitas políticas e ações precisam ser desenvolvidas, já que metas desafiadoras precisam ser alcançadas para que a projeção do IDEB feita para o ano de 2022 se confirmem, um objetivo audacioso que exige e exigirá muito trabalho e dedicação por parte dos educadores e demais profissionais ligados a essa área.

2 INDICADORES – UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

O termo Indicador pode ser associado à capacidade de mensurar e avaliar transformações propostas em um determinado processo, permitindo assim acompanhar e ao mesmo tempo obter informações sobre uma determinada realidade, funcionando até como um instrumento de previsão. Dentro dessa abordagem formal, Moyses *et al* (2010, p. 36), expõe que o termo indicador deriva do latim *indicare*, verbo que significa apontar. Traduzida para o português, a palavra compreende tudo aquilo que indica, mostra ou que dá significado baseado em indícios e sinais.

As definições para indicadores são amplas e pouco divergentes. Na concepção de Armani (2000, p.59), os indicadores representam parâmetros específicos que tornam um problema ou uma determinada demanda da sociedade, passível de mensuração. Esse mesmo autor complementa que os Indicadores oferecem evidências sobre possíveis mudanças ocorridas na dinâmica do fenômeno que está sendo observado, demonstrando, portanto, os sintomas ligados à necessidade de mudanças que por sua vez poderão estabelecer as coordenadas de intervenção.

Os indicadores não revelam somente os riscos presente na situação estudada, pois permite também captar informações sobre a evolução do processo. Para Bellen (2005, p. 45) os indicadores são fragmentos de informações que apontam para as características oriundas do sistema, realçando e colocando em evidência aquilo que está acontecendo. Representam o modelo da realidade, porém devem ser analiticamente legítimos e construídos dentro de uma metodologia coerente de mensuração. Para o autor, os indicadores conseguem simplificar informações sobre situações complexas de forma a tornar a comunicação sobre determinados fenômenos mais compreensível e qualificável.

Os indicadores desempenham certas funções, relacionadas por Bellen (2005, p. 43) como a de avaliar condições e tendências, comparar lugares e situações, delimitar condições e propostas relacionadas às metas e aos objetivos, prover informações de advertência e, antecipar futuras condições.

Considerando a abordagem sobre indicadores, verifica-se que vários autores concordam que os indicadores conseguem dar significado às informações obtidas a respeito da realidade que se esta tomando como referência, essa característica que lhe é atribuída de sintetizar inúmeras informações, ocorre a partir da capacidade em evidenciar aquilo que é considerado relevante sobre o campo analisado.

Assim, Bellen (2005, p.42), complementa que os indicadores agregam e ao mesmo tempo simplificam dados referentes à situações complexas. As informações são reunidas a partir de um determinado indicador que assume a função de organizar, quantificar e evidenciar possíveis desvios, colaborando desta forma para o direcionamento das ações que visam a evolução do sistema em questão.

Percebe-se que a literatura aponta diversas acepções acerca de indicadores, todas guardando certa similaridade conceitual. No cenário das políticas públicas o indicador guarda o seguinte conceito:

Do ponto de vista de políticas públicas, os indicadores são instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade dada (situação social) ou construída (ação de governo), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação (BRASIL, 2010, p.23).

Um conceito bastante próximo daquilo que denominamos hoje de indicadores, foi apresentado pelos Estados Unidos na década de 1920 com a criação de um comitê que produziria um relatório, na época, denominado Tendências Sociais Recentes, o qual relatava medidas que refletiam a realidade social (RUA, 2004, *apud* Brasil, 2010, p. 24).

2.1 Ampliação da área de abrangência dos Indicadores

Após o ano de 1960, o modelo de desenvolvimento adotado pelos nos EUA, Europa e Japão, influenciou o surgimento de indicadores econômicos, que relacionava o nível de produção ao grau de desenvolvimento de um país, ainda nessa década os EUA levantaram a ideia de que os índices de desenvolvimento econômico, (PIB per capita, por exemplo), não eram suficientes para explicar as lacunas existentes no processo de desenvolvimento social. Em 1966 surgia a expressão “Indicadores Sociais” numa obra coletiva organizada por Raymond, com finalidade de avaliar as mudanças socioeconômicas na sociedade americana decorrentes da corrida espacial (SANTAGADA, 2007 *apud* BRASIL, 2010. p. 25).

Um avanço significativo na produção de indicadores sociais foi observado na década de 1970, os quais foram patrocinados por organismos nacionais e internacionais como a ONU, OCDE, PNUD, OMS, entre outros, com a divulgação de índices regionais, nacionais e supranacionais, fato que permitiu comparar as condições de vida existentes entre vários países. Outro momento de evidência dos indicadores sociais aparece nos anos 90:

A partir da década de 1990, contudo, os indicadores sociais e ambientais assumiram um papel de destaque quando novos temas como desigualdade social, qualidade de vida, direitos humanos, liberdades políticas, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e biodiversidade passaram a compor a pauta de governo da maioria das nações (Brasil, 2010. p. 25)

Os indicadores sociais, na visão de DePonti (2011, p. 115) são menos trabalhados na literatura se comparados aos indicadores econômicos e ambientais, pois apresentam uma dificuldade maior na mensuração devido à tendência de serem qualitativos e mais difíceis de serem definidos com precisão, porém, nem por isso devem ser considerados menos importantes.

Dentro de uma abordagem geral que contempla a evolução histórica dos indicadores, Miranda (2011) destaca que se levarmos em conta sua natureza, estes abrangem especialmente as áreas econômica, social e ambiental. Para o autor, no que tange a área temática, os indicadores podem ser classificados em diferentes segmentos da realidade social, por exemplo: indicadores de saúde, de educação, de mercado de trabalho, de segurança pública e justiça, de pobreza, demográficos, habitacionais, de infraestrutura urbana, de renda e desigualdade entre outros. Seguindo essa abordagem temos:

– Indicadores Econômicos: Lourenço e Romero (2011, p.12) atribuem aos indicadores econômicos a característica de representarem essencialmente dados e informações sinalizadoras do comportamento, seja individual ou integrado das diferentes variáveis e dos diversos fenômenos que compõem o sistema econômico de um país, estado ou região, permitindo uma melhor compreensão da situação presente, ajudando na construção do delineamento das tendências de curto prazo da economia e subsidiado o processo de tomada de decisões estratégicas dos agentes públicos, que pode abranger a gestão das políticas de desenvolvimentos, monetária, fiscal, cambial, entre outras. No setor privados apoiam inúmeras decisões como aquelas ligadas ao planejamento estratégico e aos investimentos.

– Indicadores Sociais: De acordo com a descrição apresentada pelo IBGE (2011), os indicadores sociais são estatísticas que revelam as condições de vida de uma nação, sendo que o estado social retratado permite que se conheça o seu nível de desenvolvimento. A escolha dos aspectos que retratam o estado social de uma nação é uma tarefa difícil, porém, atualmente já existe um consenso sobre os critérios de seleção dos aspectos que melhor retratam o estado social de uma nação:

Os critérios avaliados compreendem um conjunto mínimo de Indicadores Sociais, o qual é composto por informações sobre as características da população, sobre a dinâmica demográfica, sobre trabalho e rendimento; sobre saúde, justiça e segurança pública, educação e condições de vida das famílias (IBGE, 2011).

Na visão de Jannuzzi (2011, p. 2), os indicadores sociais representam um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma, influenciando as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo.

– Indicadores Ambientais: Para Miranda (2011, p.12), os indicadores ambientais medem o progresso conquistado na direção do desenvolvimento sustentável, que por sua vez compreende as dimensões: ambiental, social, econômica e institucional. Ainda avaliam com objetividade o desempenho de políticas ou processos, são aplicáveis às questões ambientais, gerando informações e influenciando as ações a serem tomadas (FIRJAN, 2008. p.11). Os três tipos de indicadores, estes sugeridos pela OCDE: Condição, Pressão e Resposta, todos com objetivo de fornecer uma síntese das condições ambientais, das pressões sobre o meio ambiente e das respostas encontradas pela sociedade para tornar o progresso, que vem exigindo uma grande demanda por água, energia e combustíveis, menos penoso ao meio ambiente (FIRJAN, 2008. p.11).

Segundo Miranda (2011. p.13), os indicadores ainda podem receber uma classificação de acordo com sua complexidade metodológica de construção, a saber:

- Indicadores analíticos ou simples: são aqueles responsáveis por retratar dimensões sociais específicas, como exemplo pode-se citar a taxa de evasão escolar e a taxa de desemprego;
- Indicadores sintéticos ou compostos: também chamados de índices sociais, comportam e sintetizam diferentes conceitos da realidade empírica, portanto derivam de operações realizadas com indicadores analíticos e tendem a retratar o comportamento médio das dimensões consideradas. Exemplo o PIB – Produto Interno Bruto e o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, este último construído a partir da combinação de indicadores mais simples relacionados às áreas de saúde, educação e renda.

2.2 Os Indicadores na Orientação das Políticas Públicas

Os processos que envolvem a gestão pública têm passado por uma recente modernização que inclui o uso de ferramentas ligadas ao planejamento das políticas públicas na tentativa de otimizar os resultados pretendidos. Neste contexto, os indicadores se apresentam como importante instrumento auxiliar no desenvolvimento de políticas de médio e longo prazo.

Aliado a isso, nos últimos anos, tem-se notado grande empenho das nações no intuito de modernizar e ao mesmo tempo dinamizar a administração pública, revelando assim, a

preocupação do Estado em cumprir com sua agenda de atuar satisfatoriamente em sua missão de fornecer serviços que atendam aos anseios da sociedade. A velocidade com que a informação se propaga, assim como o fácil acesso a ela, contribui ainda mais para que sejam adotados modelos de gestão que expressem resultados positivos no bem estar social.

A constante preocupação com a transparência, com a eficiência em se conseguir a maximização dos recursos públicos e a responsabilização perante a população, exigem por sua vez ações estratégicas que vinculam múltiplos arranjos e com a participação de diferentes atores. Desta forma a existência e utilização de indicadores como parte integrante da Gestão Pública, têm influenciado algumas ações políticas no sentido de atender aos propósitos de desenvolvimento econômico e social. A utilização de um indicador previamente reconhecido e aceito, o tornará um dos elementos da agenda governamental capaz de influenciar e dar início a um processo de mudanças na gestão pública, atualmente voltada para resultados (BRASIL, 2010 p.17).

Miranda (2011, p. 9) destaca que se pode atribuir aos indicadores a função descritiva, quando através da geração de informações se pode identificar os acontecimentos bem como a evolução dos mesmos, já a outra função apresenta caráter valorativo, que permite comparar as informações presentes com base nas anteriores, favorecendo uma análise que resulte em proposições valorativas. O autor ressalta ainda que, os indicadores podem ganhar espaço nos vários estágios da formulação de políticas públicas, ou seja, antes da implementação, ainda no diagnóstico, estendendo-se para os momentos seguintes:

[...] No subsídio da definição do problema, no desenho de uma política e na fixação das referências que se deseja modificar; durante sua operacionalização – para monitoramento e avaliação da execução, revisão do planejamento e correção de desvios; e após a execução da política pública – para avaliação de alcance das metas, dos resultados no público-alvo e dos impactos verificados na sociedade, (MIRANDA, 2011. p. 10)

Referente ao campo de atuação das políticas públicas, as medidas que permitem a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático são representadas pelos indicadores sociais, que na concepção de Jannuzzi (2005, p.138), apontam e traduzem para uma abordagem operacional os limites sociais, delimitando interesses a partir de escolhas teóricas ou políticas já realizadas anteriormente. Segundo o autor, os indicadores sociais podem subsidiar ações ligadas ao planejamento público e nortear a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo.

Os indicadores possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população, permitindo um acompanhamento e investigação por parte dos agentes governamentais a respeito das mudanças que envolvem o meio social, bem como dos fatores

que determinam os diferentes fenômenos sociais, refletidos por meio de taxas de analfabetismo, rendimento médio do trabalho, taxas de mortalidade infantil, taxas de desemprego, índice de Gini e proporção de crianças matriculadas em escolas, que por sua vez passam a ser indicadores sociais ao traduzirem em cifras tangíveis e operacionais algumas das dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social (JANNUZZI. 2005. p. 138).

Antico e Jannuzzi (2011,p.23) destacam que o processo de formulação e avaliação de políticas públicas seguem um ciclo que compreende as seguintes etapas:

- Diagnóstico: momento em que se recorre a Indicadores capazes de retratar a realidade;
- Formulação de programas: etapa caracterizada pela utilização de Indicadores que orientem objetivamente a tomada de decisão;
- Implementação: fase na qual se precisa dispor de Indicadores que permitam acompanhar o processo de implementação e a eficiência dos programas formulados;
- Avaliação: neste estágio se faz conveniente o uso de Indicadores que revelem a eficácia e efetividade social dos programas.

Desta forma, para cada etapa desse ciclo, vincula-se o uso de um indicador específico escolhido em função das necessidades intrínsecas das atividades nelas envolvidas. De acordo com Antico e Zannuzzi (2011, p.4) etapa de elaboração do diagnóstico exige indicadores que passem confiabilidade ao mesmo tempo contemplem as diversas temáticas da realidade, revelando ampla e detalhadamente a situação real em que se encontra a população.

Esse processo acaba por fornecer as coordenadas sobre as questões prioritárias a atender, bem como as estratégias adequadas para se desenvolver a ação. Os indicadores de uso predominante nesta etapa são formados, a partir dos Censos Demográficos ou pesquisas amostrais multitemáticas, por exemplo, as PNADs - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

De acordo com os autores, para a etapa de Formulação, o conjunto de indicadores derivam da necessidade de se atingir os objetivos norteadores e classificados como prioritários. O Diagnóstico contribui para identificar as áreas com maior déficit de serviços urbanos, existência de evasão escolar e vulnerabilidade da mão-de-obra profissional.

Na fase de Formulação que ocorre a definição sobre a natureza dos programas que deverá abranger as questões sociais eleitas como prioritárias no sentido de atender o público-alvo. Nesta fase os Indicadores Sintéticos ganham maior espaço de aplicação, pois oferecem ao gestor um espelho das condições de vida, vulnerabilidade e do desenvolvimento social da

unidade territorial e foco da implementação de programas (ANTICO E ZANNUZZI, 2011, p.7).

No tocante a etapa de Implementação, os indicadores utilizados devem apresentar característica e funções de monitoramento, permitindo o acompanhamento de programas por meio da estruturação de um sistema de indicadores específicos, sensíveis e periódicos, capazes de estender a ação de monitoramento durante a implementação processual do programa na lógica insumo-processo-resultado-impacto, ou seja, monitoramento e avaliação de Programas são termos que integram e expõem os procedimentos de acompanhamento de programas, gerando condições de análise da eficiência, eficácia e efetividade dos mesmos. Os autores complementam que:

A etapa que contempla o Monitoramento e Avaliação podem ainda receber a classificação de processos analíticos organicamente articulados, possibilitando que o gestor público tenha acesso a informações referente ao ritmo e forma de implementação dos programas: indicadores de monitoramento e; dos resultados e efeitos almejados: indicadores de avaliação (ANTICO e ZANNUZZI, 2011. p.14).

Portanto, após o processo de formulação dos programas, se faz necessária a adoção de procedimentos organizados que favoreçam a correta coleta de dados e o tratamento ideal de informações específicas e confiáveis em todas as fases do ciclo de implementação. Essas ações formarão a base para construção e aplicação de indicadores que serão adotados na etapa de monitoramento.

Para Botelho (2011), a construção dos indicadores não garante a execução nem a obtenção das metas pretendidas pelas políticas públicas aplicadas, mas são eles quem expressão os resultados dos recursos financeiros, humanos, logísticos, entre outros que são constantemente empregados na implementação de uma dada iniciativa proposta pela Gestão Pública. Desta forma os indicadores oferecem as coordenadas sobre onde e como investir, também facilitam a identificação das áreas e setores passíveis de intervenção, sobretudo ainda medem a eficácia dos projetos que estão sendo colocados em prática.

Considerando o pressuposto de que os indicadores apresentam um grau de participação no processo de modernização da gestão pública, torna-se plausível sua adoção também no segmento educacional. Especialmente na Educação Básica, aparecem diversos indicadores que acabam influenciando os rumos das políticas educacionais. Não se pode esquecer que o nível de educação de um país não deixa de ser um indicador social que revela o índice de desenvolvimento de uma nação.

2.3 A educação que os indicadores revelam

A constante preocupação com o desempenho da educação contribuiu para o desenvolvimento de diversos indicadores, que tem como foco principal a divulgação dos resultados de avaliações externas. Os indicadores relacionados à educação configuram-se como instrumentos de análise para elaboração e cumprimento de metas que impulsionem a melhoria da qualidade do ensino.

2.3.1 A preocupação com as políticas educacionais na década de 1990

A política e o debate educacional abordaram determinados conceitos em um dado momento da história. As discussões acerca das questões educacionais referente às diferentes formas de relações entre Estado e sociedade ganharam destaque na década de 1990, época em que as reformas educacionais iniciadas na América Latina ocorriam inseridas num ambiente de profundas transformações econômicas, políticas e sociais. Seguindo essa abordagem, Krawczyk (2008, p. 798), destaca que na década de 1990, regulação, descentralização, desconcentração, federalismo e governança foram conceitos muito habituais na análise das políticas educacionais adotadas no Brasil.

A reforma educacional brasileira começou a se manifestar na segunda metade da década de 1990. A consolidação de uma gestão educacional reformulada e baseada no compromisso de superação do fracasso e da evasão escolar incorporou e direcionou essas ações. A institucionalização do Estado mínimo deu ao governo federal a responsabilidade em definir parâmetros curriculares nacionais e implantar um sistema de avaliação institucional comum para o país, a partir dessas ações, Krawczyk (2008, p.800), afirma que o Estado conseguiu concentrar a direção e o controle de todo o sistema educacional.

Por outro lado, crescia a responsabilidade dos estados e dos municípios em prover a educação em todos os níveis e para a população em geral, embora os recursos fossem canalizados prioritariamente para o ensino fundamental. Em 1996, foi implantado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que marcava a regulamentação da educação pública no Brasil sob a ótica financeira, evidenciando a seguinte consequência:

Afetou a distribuição de responsabilidades e de atribuições entre as diferentes esferas de governo e a redistribuição de recursos em cada estado da federação. A nova forma de gestão da educação implicou também mudanças institucionais e a reconfiguração das relações entre o Estado a escola e a comunidade. Abriu-se espaço para a participação da iniciativa privada nos projetos e nas práticas institucionais das escolas públicas e, ao mesmo tempo, estabeleceu-se um canal de comunicação entre o governo central e as unidades escolares (KRAWCZYK, 2008. p.800).

Os programas que vinculavam o recebimento de recursos federais extras e aqueles definidos como premiações à elaboração de projetos que visam atender ao compromisso de se elevar a qualidade do ensino, que por sua vez passam por avaliação do Ministério da Educação – MEC, estabelecendo uma das pontes de comunicação com o governo.

Os mecanismos desenvolvidos no sentido de promover a educação brasileira a níveis desejáveis de qualidade continuou seu curso, resultando no ano de 2001, no Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. As políticas apresentadas no PNE englobam propostas para o segmento educacional em sua totalidade, as quais promoveram o estudo de novas políticas públicas para o avanço da qualidade na área do ensino, além disso, assegura a todo cidadão o direito de acesso ao ensino fundamental, desde o momento da matrícula até a conclusão do ensino reconhecido por um padrão de qualidade (BRASIL, 2001, p. 19).

Percebe-se então que a política educacional brasileira tem sido nos últimos tempos, palco de muitas discussões, já que esse assunto reflete diretamente os interesses de um país que busca a ascensão política e econômica. Certa evolução pode ser facilmente percebida quando a situação atual é comparada com um passado marcado por as altas taxas de analfabetismo e um grande número de crianças fora da escola.

Neste sentido, a educação nacional, sofreu intervenções após constantes discussões, apresentando progresso especialmente no governo Lula com a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) baseado no rendimento escolar dos alunos e nas notas das avaliações externas. Os primeiros resultados serviram de indicadores, em que algumas projeções foram feitas para se atingir índices desejáveis até 2022, esses mesmo resultados orientam a elaboração e execução de políticas para se atingir as metas.

2.3.2 Avaliações externas vinculadas aos indicadores da educação básica

Os instrumentos de avaliação são vistos como elementos que proporcionam mudanças sobre a realidade educacional e de certa forma revelam a partir dos dados estatísticos, os indicadores que darão as coordenadas sobre as intervenções políticas que promovam mudanças positivas no processo de ensino e aprendizagem. A avaliação pode apresentar uma composição com diferentes instrumentos, responsáveis pela coleta de dados e informações que medem o alcance dos objetivos estipulados.

Muitos autores manifestam preocupação pela forma de como a avaliação é vista, para Sousa (1995, p.45) a avaliação não deve ser restringida ao caráter unicamente técnico, ela abrange valores e princípios que além da concepção de educação, precisa abranger também os

conceitos de escola e a definição de sociedade, dessa forma a avaliação torna-se um processo emancipador que baseado no nível de desempenho orienta as políticas voltadas ao processo de qualificação das escolas brasileiras, em todos os níveis e modalidades.

As avaliações também se classificam como externas, as quais consistem na aplicação de provas elaboradas por outros órgãos ligados a Educação e vinculados ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), tendo como objetivo verificar a qualidade do ensino e o grau de aprendizagem dos alunos nos seus diversos níveis.

A adoção da avaliação externa divide a opinião de autores, Martins (2001, p.34), considera que os resultados oferecidos pelas avaliações externas constituem um importante indicador que permite aos gestores envolvidos com o sistema educacional, até certo ponto, corrigir desvios e repensar certas decisões, porém, na opinião da autora, esses testes padronizados compreendem uma metodologia que pouco considera a diversidade cultural presente no cenário escolar, sendo assim, a dinâmica efetiva de cada unidade de ensino não são evidenciadas.

Entretanto há estudiosos que defendem a avaliação externa como instrumento norteador para adequada implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade do sistema educacional. Dentro dessa abordagem, Mello (1996, p. 101), argumenta que a avaliação externa não tem a função de reprovar, seu papel como indicador é disponibilizar aos gestores educacionais e ao público, informações sobre as reais condições do sistema educacional, enviando às escolas, regiões, municípios ou Estados o sinal de alerta sobre a necessidade de intervenção para melhoria dos resultados a partir de ações orientadas.

Os diversos formatos de avaliação sempre estiveram presentes no cenário educacional, atualmente com a adoção ampla de indicadores econômicos, bem como aqueles voltados a área educacional, o tema avaliação toma uma dimensão diferente daqueles antigos testes escolares aplicados especificamente com o intuito de avaliar, reprovar ou aprovar uma dada parcela dos estudantes.

Neste sentido, Mello e Souza (2005, p. 31), alertam que avaliações por si só, dificilmente darão conta de atender a todas as questões que preocupam o universo acadêmico, mesmo assim a avaliação é tida como importante recurso capaz de oferecer parâmetros que ajudam a descrever o desempenho do estudante. De certa forma, as avaliações externas direcionam as políticas educacionais, teoricamente elaboradas e implementadas a partir de indicadores que mostram a necessidade de intervenção no sentido de melhorar a qualidade de ensino, garantir o pleno acesso e a permanência do aluno na escola até a conclusão do curso.

Em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, houve a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), seguido da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e da municipalização do ensino. A LBD nº 9394/96 acabou por reafirmar em seu artigo 9º a adoção de avaliações externas com intuito de medir o rendimento escolar na educação básica, incluindo os níveis fundamental, médio e abrangendo ainda a educação superior, objetivando, a partir dos resultados, definir as prioridades para se conquistar o avanço positivo na qualidade do ensino (BRASIL, 2011).

Ainda com relação às avaliações externas, o Brasil conta com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), órgão federal responsável por mapear o ensino público de acordo com a realidade característica de cada unidade escolar. O INEP foi criado, por lei, no dia 13 de janeiro de 1937. Informações oficiais (Brasil, 2011), dão conta de que nos últimos anos, o Instituto evoluiu e reorganizou o sistema de levantamentos estatísticos, tendo como eixo central de atividades as avaliações em praticamente todos os níveis educacionais.

Hoje o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), busca promover estudos, pesquisas e avaliações a respeito do Sistema Educacional Brasileiro, fornecendo subsídios que influenciam a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à área educacional. A partir dessas ações, o INEP produz e repassa informações claras e seguras aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

Os dados educacionais disponibilizados pelo INEP são conseguidos através de levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino. Parte integrante da estrutura organizacional do INEP, a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB) ainda tem sob sua responsabilidade outras avaliações como forma de expor a realidade educacional brasileira (BRASIL, 2011. p.6):

- Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA): Desenvolvida em conjunto com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aplicada a cada três anos para de 15 anos, abrangendo as áreas de Linguagem, Matemática e Ciências;

- Exame Nacional Para Certificação de Competências (ENCCEJA): é uma proposta do Ministério da Educação de construir uma referência de avaliação nacional para jovens e adultos que não puderam concluir os estudos na idade própria;

- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): criado em 1998, tendo como objetivo avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Os alunos aptos a participarem do exame são aqueles que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. O ENEM ganhou dimensões que elevaram sua importância dentro do espaço educacional, conforme publicação oficial (Brasil, 2011), o mesmo passou a ser utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no ProUni¹, atualmente centenas de universidades usam esses resultados como critério de seleção para o ingresso no ensino pós-médio profissionalizante e superior;

- Provinha Brasil: Avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano de escolarização das escolas públicas, ocorrendo em duas etapas, ou seja, no início e ao término do ano letivo. A Provinha Brasil funciona com indicador que possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico relacionado ao conteúdo e conhecimento agregado pela criança dentro do período avaliado, permitindo intervenção e reduzindo desigualdades educacionais (BRASIL, 2011, p.7).

- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB): Tendo por objetivo central promover no Brasil uma avaliação externa da educação e em larga escala, foi criado em 1990 o SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, que a partir de 1995 passou a realizar seu ciclo de avaliação a cada dois anos. O SAEB, constitui a:

Implementação da avaliação em larga escala com a intenção de subsidiar os formuladores e executores das ações governamentais na área educacional em todos os níveis de governo. Com a avaliação se pretende averiguar a eficiência dos sistemas no processo de ensino-aprendizagem e, também, a equidade da educação oferecida em todo o país (BRASIL, 2011).

Com vistas a melhorar a forma de mapeamento da educação básica, o INEP propôs um aperfeiçoamento a partir da Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, que estabelecia uma subdivisão do SAEB, que passou a ser composto por dois processos (BRASIL, 2011):

Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB - realizada por amostragem das instituições de Ensino, em cada unidade da Federação, tendo como foco as gestões dos sistemas educacionais, Mantém as mesmas características do SAEB, oferece resultados de desempenho apenas para o Brasil, regiões e unidade da Federação. Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC, processo mais extenso e detalhado que a ANEB tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações, realizada a cada 02 anos, avalia as habilidades em Língua Portuguesa e em Matemática, com foco na resolução de problemas.

O público alvo são os estudantes de 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano de escolas rede pública de ensino com mais de 20 estudantes matriculados nestas séries. A partir dos

¹ Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação, em instituições privadas de educação superior, dirigido aos estudantes egressos do ensino médio (BRASIL, 2011).

resultados apontados pela Prova Brasil, busca-se aprimorar a qualidade do ensino, reduzir as desigualdades e democratizar a gestão do ensino público. Por ser universal, a Prova Brasil fornece médias de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da Federação, para cada um dos municípios e para as escolas participantes (BRASIL, 2011. p. 8)

Avançando para o ano de 2007, nos deparamos com outro Plano do Governo Federal lançado por meio do Ministério da Educação (MEC), nele está presente a continuidade dos instrumentos de avaliação externa, trata-se do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), trazendo como objetivo básico o compromisso de melhorar substancialmente a educação brasileira.

2.3.3 Plano de Desenvolvimento da Educação Básica (PDE)

As ações do governo Lula voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Brasil deram abertura ao surgimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 28 de janeiro de 2007. Conforme destaca Saviani (2011, p.3), esse programa compõe um agregado de políticas econômicas, sendo que cada ministério ficou responsável por indicar as ações que fariam parte desse Programa. Nessa oportunidade o MEC lança o Plano de desenvolvimento da educação básica em 27 de março de 2007.

Em sua composição global, o PDE agregou ações que cobrem todas as áreas de atuação do MEC, abrangendo os níveis e modalidades de ensino, além de medidas de apoio e de infraestrutura. Entre as 30 ações apresentadas como integrantes do PDE, 17 delas contemplam especificamente a educação básica, podem estar distribuída, sendo doze em caráter global e cinco específicas aos níveis de ensino.

Ainda com base na argumentação de Saviani (2001, p. 2), o Plano de Desenvolvimento da Educação, aparece como formador de expectativas positivas graças a apresentação de propostas direcionadas aos problemas ligados às condições de ensino ministrado em todas as escolas de educação básica do país, contendo políticas que abrangem não somente a preocupação com a alfabetização dos pequenos, mas também o compromisso com a formação e remuneração dos profissionais do magistério.

Para oferecer maior suporte ao PDE, foi promulgado o Decreto n. 6.094, referente ao Plano de Metas, estabelecendo um conjunto de diretrizes para que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, em regime de colaboração, centralizassem os esforços para superar a extrema desigualdade de oportunidades existente no Brasil.

A proposta do plano visa atingir objetivos voltados ao interesse da população, despertado nos brasileiros, a partir do acesso à educação de qualidade, a capacidade do

indivíduo atuar crítica e reflexivamente em seu ambiente social, consciente e apto a exercer a cidadania inserida num ambiente globalizado (BRASIL, 2011. p.4).

Dentro de um sistema de ensino bastante complexo, Saviani (2011, p.7) menciona que algumas modalidades de ensino também foram contempladas com ações do PDE, entre as quais está a Educação de Jovens e Adultos, incluídas no Programa Brasil Alfabetizado, tal programa já existia desde de 2003, mas passou por reformulações. A atenção do PDE também está voltada para a Educação Especial, Educação Tecnológica e Formação Profissional, esta última contemplada com iniciativas de reorganização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Percebe-se, portanto que o PDE comporta ações de apoio para alavancar todos os níveis da educação básica e inclui outras formas de combate a problemas sociais que inibem o processo de ensino e aprendizagem, sob esta ótica o PDE integra programas como: Transporte Escolar; Luz para Todos e; Saúde nas Escolas

As ações do PDE ainda englobam programas como: Guia das Tecnologias Educacionais; o Educacenso; Programa mais educação que se propõe a ampliar o tempo de permanência dos alunos nas escolas e; Programa Inclusão Digital (LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL, 2011).

A proposta do presente estudo sugere maior ênfase no que diz respeito ao campo do ensino fundamental. Neste sentido Saviani (2011, p.5), comenta que dentre as ações que compreendem o Ensino Fundamental, destacam-se a Proinfância, ação voltada diretamente à educação infantil, com propostas e garantia de financiamento para a construção, ampliação e melhoria de creches e pré-escolas, para as séries iniciais do Ensino Fundamental surge a Provinha Brasil, que avalia a qualidade da alfabetização e as habilidades matemáticas das crianças entre 6 e 8 anos de idade.

Nesta mesma perspectiva, o Programa Dinheiro Direto nas Escolas, aumenta em 50% o valor dos recursos financeiros das escolas que conseguem cumprir com as metas estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); entre outros ainda ganham menção o projeto Gosto de Ler, que procura despertar o entusiasmo pela leitura através da Olimpíada Brasileira da Língua Portuguesa.

As redes de ensino municipais e as escolas que apresentam fragilidades no desempenho escolar necessitam de maior atenção e apoio financeiro e de gestão, neste sentido, informações do Governo Federal, Brasil (2001, p.4), especificam que, para identificar tal situação o PDE, adota um instrumento que por sinal se tornou a sua base, o denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica:

O IDEB pretende ser o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas no Brasil, combinando dois indicadores: fluxo escolar (passagem dos alunos pelas séries sem repetir, avaliado pelo Programa Educacenso) e desempenho dos estudantes (avaliado pela Prova Brasil nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática).

Na análise de Saviani (2011, p.12), o PDE apresenta sentido negativo referente a sua denominação por não se configurar como um Plano de Educação propriamente dito, pois se caracteriza mais como um programa de ação. No que abrange o sentido positivo, a singularidade do PDE se manifesta nas novas ações, na preocupação em atacar o problema qualitativo da educação básica brasileira, estabelecendo, para o alcance dessa meta a criação e o desenvolvimento de três programas: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - (IDEB), o Provinha Brasil e o Piso do Magistério.

Dentro de uma abordagem técnica o PDE se apoia em dados estatísticos referentes ao funcionamento das redes escolares de educação básica e em instrumentos de avaliação construídos a partir de indicadores do aproveitamento dos alunos expressos nas provas aplicadas regularmente sob coordenação do INEP (SAVIANI, 2011. p. 15).

O IDEB foi estruturado de forma a estabelecer relações com o investimento em avaliações externas e com o estabelecimento do piso salarial específico para o quadro de magistério, além disso, o IDEB ofereceu certa identidade ao PDE ao representar um dos principais eixos desse Plano e definido como instrumento que expõe para a sociedade em geral, a real situação do ensino dentro das escolas brasileiras.

Essa avaliação externa passou a ser a primeira ação concreta para aderir as metas do compromisso e receber o apoio técnico e financeiro que configura como suporte básico para se chegar a um ensino de qualidade. Ainda considerando a abordagem de Saviani (2011, p.16) o autor salienta que relacionado ao aspecto técnico, o IDEB representa um avanço importante que combina dados relativos ao rendimento dos alunos com os dados da evasão e repetência.

Dessa forma se estabelece um padrão comum em âmbito nacional que possibilita aferir os resultados da aprendizagem de cada aluno, em cada escola, a iniciativa sistêmica e continuada de assistência técnica e de incentivos financeiros oferecidos aos municípios também foi acertada. Segundo o autor, essas avaliações ainda atestou que foi equivocada a política dos governos anteriores em atribuir aos municípios a responsabilidade principal pelo caminhar do ensino fundamental.

2.3.4 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Inep no ano de 2007, avalia o nível de aprendizagem dos alunos e reúne num só indicador, dois parâmetros essenciais para a qualidade da educação, são eles: fluxo escolar, um indicador que retrata a repetência e evasão escolar e; as médias de desempenho nas avaliações padronizadas em larga escala do Inep realizadas com alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (BRASIL, 2011).

A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, ano do estabelecimento das metas bienais de qualidade a serem atingidas por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE.

Trata-se de um indicador que agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, permitindo a elaboração de ações para o cumprimento das metas de qualidade estipuladas pelo sistema de ensino brasileiro. Portanto, de acordo com órgãos oficiais do governo, Brasil (2011), o IDEB é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos a partir do Censo Escolar e as médias de desempenho nas avaliações do INEP, sendo o SAEB para as unidades da federação e para o país e a Prova Brasil que contempla os municípios.

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo INEP. Os dados coletados se referem aos estabelecimentos de ensino, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar. Com a disponibilidade dessas informações, torna-se possível traçar um panorama nacional da educação básica, norteando a formulação de políticas públicas bem como a execução de programas dentro do segmento educacional que incluem:

Transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb (BRASIL, 2011).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) concede as informações produzidas que passam a subsidiar a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas que se destinam ao segmento educacional, seja nas esferas municipal, estadual e federal, sempre no intuito de se buscar a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino.

Desde 2001, o SAEB avalia apenas as áreas de Língua Portuguesa e Matemática. A Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, reestruturou o SAEB que passou a

compor a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEBC) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil:

A ANEB manteve os procedimentos da avaliação amostral (atendendo aos critérios estatísticos de no mínimo 10 estudantes por turma), das redes públicas e privadas, com foco na gestão da educação básica que até então vinha sendo realizada no SAEB. A Prova Brasil (ANRESC), por sua vez, passou a avaliar de forma censitária as escolas que atendessem a critérios de quantidade mínima de estudantes na série avaliada, permitindo gerar resultados por escola (BRASIL, 2011).

A Prova Brasil foi idealizada para oferecer ao público vinculado diretamente a educação e a sociedade em geral, informações sobre o ensino oferecido em cada município e escola. Assim, tal avaliação assume a função de indicador que auxilia os gestores nas tomadas de decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros e ainda, sugere o estabelecimento de metas quando da necessidade de implementação de ações pedagógicas e administrativas que favoreçam a elevação da qualidade do ensino.

As escolas públicas (inclusive rurais) com no mínimo 20 estudantes matriculados na última etapa dos anos iniciais (5º ano) ou dos anos finais (9º ano) do Ensino Fundamental, os quais formam o público alvo do programa, onde são avaliados conhecimento da Língua Portuguesa com foco na leitura e, Matemática com ênfase na resolução de problemas. A partir da edição de 2007 a Prova Brasil passou a ser realizada em conjunto com a aplicação da ANEB – a aplicação amostral do SAEB – com a utilização dos mesmos instrumentos.

Afonso (2005), *apud* Oliveira (2011, p.55) alerta que o SAEB e, atualmente, a Prova Brasil permitem que o Estado consiga acompanhar o cumprimento dos padrões internacionais estabelecidos para a educação ao mesmo tempo em que estimula o ranking entre instituições de ensino. Dessa forma o enfoque da educação se ajusta aos critérios do mercado, permitindo que os alunos e a sociedade conheçam a classificação de cada escola, portanto essa informação poderá funcionar como critério de escolha entre uma instituição e outra.

O IDEB se caracteriza como indicador estatístico e fio condutor de política pública voltada para melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional, como nos estados, municípios e escolas, sua capacidade de fornecer um diagnóstico atualizado da situação educacional permite que sejam projetadas as metas individuais para incremento da qualidade do ensino.

A escala de pontuação do IDEB está construída de 0 a 10, Saviani (2011, p.4) menciona que, em 2005, quando foi aplicado esse instrumento aos alunos o índice médio alcançado foi de 3,8. A partir dessa primeira constatação, foram estabelecidas metas

progressivas de melhoria para o referido índice, em 2022, por exemplo, espera-se obter a média 6,0, mesmo índice obtido pelos países da OCDE, que por sua vez estão entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo.

Além da progressividade das metas, o ano de 2022 foi definido por marcar as comemorações dos 200 anos da Independência política do Brasil. Aqueles que já conquistaram um bom índice devem continuar evoluindo e, para as redes e escolas com maior dificuldade, as metas preveem um esforço mais concentrado (apoio específico do MEC) no sentido de diminuir a desigualdade entre as esferas.

Muitos autores contestam os resultados obtidos pelas avaliações externas, Krawczyk (2008, p.809), acredita que os diagnósticos distribuídos em índices estatísticos, apenas cumprem burocraticamente uma condição preestabelecida que favorece e facilita o recebimento de recursos financeiros emitidos pelo governo, até como “prêmio” de desempenho, dessa forma a orientação das ações que eliminem ou amenizem os problemas de ensino, ficam em segundo plano.

A autora ainda alerta que Secretarias de Educação municipais se sentem pressionadas a apresentar resultados satisfatórios e acabam levando as prefeituras a se abrirem às iniciativas comerciais, um exemplo disso é a adoção, em alguns municípios, de apostilas e outros materiais didáticos elaborados por grupos privados.

Nessa abordagem de discussões sobre o IDEB, em um questionamento sobre a elevação do índice que saltou de 3,8 em 2005 para 4,2 em 2007, João Batista Araújo e Oliveira, doutor em Educação pela Florida *State University*, respondeu a Revista *Época* que ainda é cedo para comemorar o crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Para o especialista, esse aumento, em parte, deve ser creditado a manipulações dos municípios e a flutuações estatísticas, pois não houve melhora da educação, o que ocorreu foram apenas algumas mudanças. Pode-se ter uma melhora no índice sem melhorar o ensino, apenas aprovando mais alunos. Muitos municípios fizeram isso através da progressão automática, concluiu (ÉPOCA, 2008).

Perguntado sobre os modos de se manipular o Ideb, o especialista afirmou que quando o índice de aprovação já estiver alto, vai ser vantajoso repetir os piores alunos para que não caiam no ano da prova:

Como a Prova Brasil só é aplicada a cada dois anos nas 4ª e 8ª séries, basta repetir os alunos ruins um ano antes da prova, aí eles não serão avaliados. Você perde no índice de aprovação, mas ganha na nota, vale a pena (ÉPOCA, 2008).

Torna-se compreensível que as avaliações, de um modo geral, não resolvem as questões associadas a qualidade do ensino, as questões que preocupam, mas colaboram para a existência de um referencial que funciona como ponto de partida para elaboração e desenvolvimento de metas.

Como já descrito, O IDEB é calculado a partir da taxa de rendimento escolar, relacionada a aprovação que é obtida por meio do Censo Escolar e; médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo INEP, caso do SAED que considera IDEB dos estados e nacional e, a prova Brasil para IDEB de escolas e municípios.

Para Fernandes (2007, p.16), o IDEB apresenta fácil compreensão, além de tudo pode ser calculado de forma simples e perfeitamente aplicável às escolas. É um indicador que torna claro o quanto se está disposto a perder na pontuação média do teste padronizado para se obter determinado aumento na taxa média de aprovação.

Seguindo essa lógica, a aprovação de alunos totalmente despreparados irá de certo modo favorecer, mas sem os conhecimentos necessários o estudante não conseguirá pontuar de maneira satisfatória nos testes, daí a questão que isenta o IDEB de ser um incentivador da aprovação em massa. Em Nota Técnica disponibilizada pelo INEP, percebe-se que:

O IDEB é resultado do produto entre o desempenho e do rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série) então ele pode ser interpretado da seguinte maneira: para uma escola A cuja média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, é 5,0 e o tempo médio de conclusão de cada série é de 2 anos, a rede/escola terá o IDEB igual a 5,0 multiplicado por $\frac{1}{2}$, ou seja, IDEB = 2,5. Já uma escola B com média padronizada da Prova Brasil, 4ª série/5º ano, igual a 5,0 e tempo médio para conclusão igual a 1 ano, terá IDEB = 5,0 (BRASIL, 2011, p.1).

Esse mesmo texto menciona o IDEB como indicador educacional que apresenta vantagem em permitir o monitoramento do sistema de ensino do País, emitindo diagnóstico que norteia as ações políticas voltadas à melhoria do sistema educacional, se caracterizando como um instrumento capaz de detectar escolas e/ou redes de ensino que apresentem baixo rendimento por parte dos alunos, indicando ainda a evolução temporal do desempenho dos alunos pertencentes a essas escolas e/ou redes de ensino.

A forma geral do IDEB, de uma forma simplificada é dada por: $IDEB_{ji} = N_{ji} P_{ji}$;

Onde:

i = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j ; (Fonte: INEP)

3 METODOLOGIA

Em ciências, conforme lembra Zanella (2009, p.62), o termo metodologia representa o caminho que o pesquisador percorre em busca da compreensão da realidade, do fato, do fenômeno. A metodologia representa a forma orientada para se cumprir com um projeto de pesquisa, que na visão da autora, vai além de um simples estudo e abrange a produção de novo conhecimento com finalidades específicas de buscar respostas a problemas e indagações teóricas e práticas.

3.1 Localização da pesquisa

O presente estudo abordará as políticas públicas voltadas a área educacional e a qualidade do ensino na cidade de Telêmaco Borba com base na classificação obtida pelas escolas municipais no IDEB. O município de Telêmaco Borba está localizado ao centro-leste paranaense e faz divisa ao norte com o município de Curiúva, a oeste com município de Ortigueira, ao sul município de Tibagi, a leste com município de Ventania e a sudeste com município de Imbaú (TELÊMACO BORBA, 2011, p.5).

Informações do IBGE revelam que o município em questão tem uma população estimada em 69.872 habitantes distribuídos em uma área de 1.383 km², cerca 96,5% da população vive na área urbana (BRASIL, 2011).

Conforme levantamento descrito no Plano Municipal de Educação, o município de Telêmaco Borba se consagra economicamente como polo madeireiro. Considerando a área de Educação, o Município conta com 12 centros de educação infantil e 23 escolas municipais, sendo estas últimas o foco principal da pesquisa em que serão observados os índices referentes ao IDEB e as políticas adotadas para melhoria do Ensino (TELÊMACO BORBA, 2011, p. 13-19).

3.2 Técnicas de Pesquisa

As pesquisas de um modo geral são classificadas de acordo com a forma com se apresentam, de fato uma mesma pesquisa pode incorporar várias metodologias que integradas irão dar o devido sentido ao projeto de estudo. O presente trabalho apresenta-se a partir de pesquisas que a classifica quando a sua: natureza; forma de abordagem; objetivos e; quanto aos procedimentos técnicos (SILVA E MENEZES, 2001. p.20).

O estudo em questão, de acordo com sua natureza, se caracteriza como pesquisa aplicada que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, essa metodologia envolve as verdades e interesses locais. Quanto a forma de abordagem, o presente trabalho recebe a

classificação de pesquisa qualitativa, a qual segundo Silva e Menezes (2001, p.21), estabelece uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito [objetividade/subjetividade].

A pesquisa qualitativa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, os dados podem ser analisados de forma individual e descritiva, porém, o presente estudo aborda índices numéricos que para maior compreensão precisam ser convertidos para a linguagem literária, portanto a abordagem que representa a pesquisa quantitativa também se faz presente.

A pesquisa quantitativa é definida por Zanella (2009, p. 77) como sendo a expressão de dados numéricos evidenciados por instrumentos estatísticos, a autora também define a necessidade de interpretação e compreensão da situação observada como pesquisa qualitativa, elemento fundamental para uma análise baseada em conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade.

Com relação aos fins, a pesquisa apresenta caráter descritivo, definido por Souza e Menezes (2001, p.21) como aquela pesquisa que procura descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis que se desenvolve a partir do uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário, observação e também formas eficientes de levantamento.

A secretaria Municipal de Educação do Município de Telêmaco Borba/PR forneceu as informações para cumprimento dessa etapa da pesquisa, principalmente aquelas vinculadas aos dados estatísticos referentes aos resultados de desempenho nas avaliações externas e sobre as propostas para melhoria da qualidade do ensino nas 23 escolas municipais, além de oportunizar o acesso a proposta pedagógica e a relatórios sobre a rotina escolar.

Para verificar as políticas públicas desenvolvidas em favor da educação municipal assim como os indicadores existentes, o presente trabalho apresenta pesquisa explicativa, em conjunto com a pesquisa descritiva. A pesquisa explicativa consegue identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofundando o conhecimento sobre a situação que está sendo analisada e conseqüentemente fornecendo sustentabilidade aos resultados que serão apresentados. No campo das ciências sociais ocorre a necessidade do uso do método observacional.

Ainda considerando os procedimentos técnicos, a Pesquisa Bibliográfica também compõe o corpo do trabalho. Elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos, periódicos e materiais disponibilizados na Internet que versem sobre o tema, essa fundamentação teórica se faz preciso no estudo dos indicadores abrangendo desde o conceito até sua utilização e influência no campo das políticas públicas, especialmente aquelas direcionadas à educação.

A pesquisa documental, segundo Zanella (2009, p. 83) se assemelha a pesquisa bibliográfica e utiliza de fontes documentais, ou seja, fontes de dados secundários tanto de natureza quantitativa quanto qualitativa; encontrados e disponibilizados pelo setor de concentração da pesquisa. A autora lembra que dados secundários são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e devidamente sistematizados.

Essa classificação vai de encontro um aos propósitos da presente pesquisa que utiliza da investigação de documentos da Secretaria Municipal de Educação bem como aqueles disponibilizados pelos órgãos governamentais e pelas instituições de pesquisa.

Procurando conhecer de forma detalhada as políticas educacionais elaboradas e desenvolvidas no município de Telêmaco Borba, bem como as reais condições da qualidade do ensino na cidade campo de estudo, a metodologia adotada acaba sugerindo um Estudo de caso, definido por Zanella (2009, p.86) como uma forma de pesquisa que aborda com grande ênfase um, ou poucos objetos de pesquisa, por isso tem grande profundidade e pequena amplitude.

3.3 Coleta de Dados

Quanto aos procedimentos, o levantamento dos dados se faz parte integrante da pesquisa, já que o estudo será conduzido a partir de informações coletadas junto aos órgãos públicos oficiais ligados a educação. Dentro dessa abordagem, Yin (2001, p.24) considera que o controle sobre a dinâmica de determinado comportamento, não representa um empecilho para que o levantamento ocorra, pois ele está fundamentado nos acontecimentos.

O autor considera esse recurso válido, principalmente quando a pesquisa tiver a finalidade de demonstrar a incidência de um determinado fenômeno e/ou periodicidade com que ele ocorre. Voltando ao campo do presente trabalho, os dados explorados são aqueles de natureza numéricos referentes ao IDEB e publicados por órgãos ligados ao MEC, como o INEP, além da Secretaria Municipal de Educação e outros departamentos oficiais vinculados ao segmento educacional.

A coleta de dados foi realizada em duas partes: a primeira documental, consulta a documentos estatísticos referentes ao total de alunos matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental, percentual de aprovação e índice de abandono escolar. Ainda foram verificados diferentes planos de ação, consultados vários projetos de implementação, controle, integração e incentivo ao aluno e ao profissional da educação, desenvolvidos pela SME do município de Telêmaco Borba a fim de se conseguir melhoria efetiva na qualidade de ensino e elevação do

índice da educação. Acesso a documentos não menos importantes como o Plano Municipal de Educação e a Proposta Pedagógica do Município complementa esse contexto.

A segunda parte da coleta de dados se baseou no método da entrevista com a professora chefe da Divisão de Planejamento de Ensino, onde foram abordadas as políticas educacionais desenvolvidas nas escolas municipais com o propósito de melhorar a qualidade da educação, outras abordagens foram realizadas conforme o apêndice “A”, sendo que constantemente citada a formação continuada dos professores e a integração da família com a escola, objetivando gerar e manter o vínculo do aluno com a instituição.

Para Zanella (2009, p. 84), a pesquisa por levantamento, também conhecida por *surveys* ou sondagem, é definida como um método de levantamento e análise de dados sociais, econômicos e demográficos, os censos e as pesquisas políticas para avaliar a intenção de voto são exemplos de *surveys*.

Para agrupamento de dados a partir de questionário, Richardson (1999, p.189) destaca que os questionários apresentam as funções de descrever as características e estimar certas variáveis contidas em um dado grupo social.

Esse instrumento de pesquisa pode ser elaborado a partir de perguntas abertas ou as questões propostas de maneira preestabelecidas e limitadas a afirmação, neste sentido, perguntas abertas em formato de entrevista pareceu se adequar melhor com o tema do trabalho, que busca informações de forma abrangente para consolidar os resultados.

Finalmente, a pesquisa de campo favoreceu o agrupamento das informações referente ao desenvolvimento de ações, taxas de reprovação, aprovação e evasão escolar, elementos que sustentam e influenciam a variação do IDEB. Após realização da coleta dos dados aparece o tratamento dessas informações, relacionadas e tabuladas para facilitar a compreensão, bem como proporcionar a discussão dos resultados.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

Para atingir os objetivos específicos, inicialmente abordou-se no capítulo 2 o conceito de indicadores bem como sua aplicação nos diversos segmentos sociais e econômicos. O conceito de indicadores apresenta definições semelhantes, difere apenas na forma em que se apresenta, de acordo com a área de abrangência. No âmbito das políticas públicas, os indicadores representam os instrumentos que permitem identificar e mensurar aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado, tornando operacional a sua observação e avaliação (BRASIL, 2010. p.23).

Após a abordagem metodológica no Capítulo III, o presente capítulo dá continuidade ao cumprimento dos objetivos e aborda as principais ações executadas pela Secretaria Municipal de Educação no sentido de atender as metas da administração que propõe a melhoria constante do ensino oferecido aos alunos e a formação contínua dos profissionais da educação, ao final, relaciona-se o índice observado nos anos de 2005, 2007 e 2009 e as projeções estimadas para 2022, considerando as médias municipal, microrregional e do Estado do Paraná.

Conforme estabelece o Plano Municipal de Educação do município de Telêmaco Borba, a implementação das políticas públicas da educação no âmbito municipal é de competência da Secretaria Municipal de Educação (SME) que tem a responsabilidade de garantir o ingresso, a permanência e a aprendizagem dos alunos que estão iniciando a caminhada acadêmica. Nessa etapa os conhecimentos propostos pela SME abrangem as dimensões históricas, sociais, culturais, políticas e de formação para o trabalho e para a cidadania (TELÊMACO BORBA, 2010, p. 19).

As funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras e orientadoras das políticas municipais são exercidas pelo Conselho Municipal de Educação de Telêmaco Borba – CME, criado pela Lei Municipal nº 1593/07 de 27 de abril de 2007 e regulamentado pelo decreto nº 13.960 de 1º de agosto de 2007. É um órgão colegiado de natureza autônoma que exerce no município o papel de articulador e mediador das questões educacionais (TELÊMACO BORBA, 2010, p.19).

Atualmente a rede municipal de ensino é composta por 12 Centros Municipais de Educação Infantil, 23 Escolas municipais com turmas de Educação Infantil-Pré I e II, séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos-Fase I - Etapas I e II. Com relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, a SME alcançou no ano de 2009 a meta projetada para o ano de 2013 em quase todas as escolas, com exceção de uma. A escola

com menor índice obteve nota 5.0 e a escola municipal com maior índice alcançou 6.4 (TELÊMACO BORBA, 2011).

Informações da Secretaria Municipal de Educação (SME) revelam que em 2011 encontram-se matriculados e distribuídos na rede municipal 7500 alunos que compreendem o público da educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental (1º ao 5º ano), assistidos por um total de 900 profissionais. Na sequência, o presente estudo irá analisar os pilares que sustentam o trabalho de continuidade na educação municipal, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que prevê uma educação básica de qualidade para todos.

4.1 Organização das Políticas da Educação em Telêmaco Borba

Em entrevista com professora e chefe da Divisão de Planejamento de Ensino sobre as ações tomadas no período de 2005 a 2010 visando a melhoria do ensino fundamental e o crescimento do índice, a mesma destacou que a elevação da nota do IDEB é apenas uma consequência, já que a preocupação da gestão atual é garantir que até o ano de 2015 todas as crianças consigam concluir um ensino fundamental de qualidade, que capacite o indivíduo para os diversos desafios da vida em sociedade.

O IDEB apresentado pelo município teve evolução constante. Em 2005 a média registrada foi de 4.2, passando para 4.4 em 2007, em 2009 saltou para 5.2. A chefe da Divisão de Planejamento de Ensino atribui essa aparente melhora na qualidade no desempenho dos alunos, às políticas adotadas ao longo dos últimos seis anos, caracterizadas pela execução de ações voltadas ao processo de aprendizagem, incluindo ainda a preocupação em coibir a evasão e a reprovação escolar. Esses dois últimos fatores representam a base de cálculo do IDEB.

As principais políticas e ações listadas pela SME estão relacionadas a integração da escola com as famílias telemacoborbense, considerada um elemento adicional que compõe a política pública da educação no município, além de outras políticas que serão mencionadas a seguir, a formação continuada dos profissionais da educação é vista como prioridade por parte da equipe da Secretaria Municipal de Educação.

A construção de saberes em um ambiente de trabalho que valoriza o coletivo, a efetivação em sala de aula da proposta pedagógica; os programas de melhoria na infraestrutura, assim como investimentos em política de redução e evasão escolar fazem parte do discurso da Secretaria Municipal de Educação, portanto alguns dos principais instrumentos desenvolvidos e aplicados no período de 2005 a 2010 pela SME e mencionados pela

professora e chefe da Divisão de Planejamento de Ensino como promotores da elevação da qualidade do ensino serão relacionados a seguir.

4.1.1 Programa escola Aberta

O programa “Escola Aberta à Comunidade”, idealizado pela SME vem sendo desenvolvido em dez escolas municipais, com atividades aos sábados das 14h às 17h. O referido programa disponibiliza a comunidade o espaço físico das escolas para a realização de atividades relacionadas a educação, esporte e recreação, proporcionando também um ambiente próprio à práticas culturais e de lazer, sendo que o público em geral pode participar, independentemente das faixas etárias.

O principal alvo do programa “Escola Aberta a Comunidade” é a promoção da interatividade, a troca de experiência e a valorização do conhecimento para difundir o reconhecimento da escola como um lugar prazeroso, promovendo desta maneira o fortalecimento das relações familiares, a permanência do aluno e conseqüentemente o sucesso educacional.

A contribuição para o cenário da educação está no vínculo criado com a comunidade e com a contribuição do projeto para formação integral do ser humano. A professora e chefe da Divisão Planejamento de Ensino lembra que o programa mencionado revela o compromisso das escolas municipais, que vai além dos objetivos de melhoria da qualidade da educação, pois valoriza também a inclusão social e a construção de uma cultura com propósitos de paz.

4.1.2 Escola em Tempo Integral

Atualmente 12 centros municipais de Educação Infantil (CMEIs) e duas escolas municipais funcionam em tempo integral, existe um projeto de ampliação, constantes visitas vêm sendo organizada pela equipe da SME em diferentes regiões do Paraná no intuito de se conhecer e trocar experiências sobre o projeto com cidades que já adotaram o programa a mais tempo, desta forma espera-se estabelecer parâmetros para criação de novas políticas e/ou aperfeiçoamento das ações já existentes.

De acordo com informações da SME, o projeto Escola em Tempo Integral na rede municipal iniciado no ano de 2007, ainda esta em fase de expansão. A maior preocupação está em agregar ao referido projeto, políticas que assegurem a ampliação da jornada escolar associada ao aumento progressivo da qualidade nas aprendizagens desenvolvidas durante o período de permanência do aluno na escola, este por sua vez, além de receber condições adequadas para seu aprendizado, ainda é contemplado com refeições diárias.

O projeto desenvolve ações que estreitam o vínculo do aluno com a escola permitindo que a criança aprenda mais e amplie seus horizontes participando ativamente de modalidades saudáveis como esporte, atividades artísticas, culturais, a proximidade com a literatura, entre outros atrativos. Desta forma, a Escola em Tempo Integral, torna o estudante parte integrante da escola, com isso a SME espera eliminar a ocorrência de evasão, reduzir o percentual de repetência, bem como a diminuição do índice de distorção idade/série.

O desenvolvimento do hábito de estudo com o aprofundando das informações vistas nas disciplinas regulares também faz parte dos objetivos da SME, que tem na escola em tempo integral uma oportunidade a mais de amenizar determinadas carências (econômica, social e cultural) ao agregar práticas pedagógicas às rotinas diárias de alimentação, conceitos de higiene, atividades esportivas e recreativas.

Portanto, com políticas devidamente planejadas, a escola em tempo integral assume o propósito melhorar a qualidade da educação, garantindo o ingresso, o regresso e a permanência com sucesso dos alunos na escola, em contrapartida ainda se reduz a exposição dos alunos em situações de risco, desigualdade e discriminação social, diminuindo assim os índices de reprovação e evasão escolar.

4.1.3 Contraturno Socioeducativo

O Programa Contraturno Socioeducativo engloba atividades desenvolvidas pela SME, Secretaria Municipal de Assistência Social e Guarda Mirim. Atualmente o programa que já tem mais de cinco anos e atende 70 alunos de 12 a 15 anos. Os alunos participantes do programa participam de aulas de Informática, práticas esportivas e de lazer, reforço escolar, atividades artísticas e culturais. Recentemente o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD) passou a integrar as atividades do programa Contraturno socioeducativo.

Com isso, semanalmente os estudantes recebem maiores informações sobre às consequências que as drogas causam para a sociedade. As ações desenvolvidas no contraturno têm como objetivo ampliar o acesso e assegurar a permanência do aluno na escola, além de diminuir a exposição da criança a situações de risco social.

4.1.4 Apoio Pedagógico Especializado

A Secretaria Municipal de Educação, através do Centro Municipal de Apoio Educacional Especializado (CEMAE), oferece o serviço de apoio no sentido de desenvolver e dar sequência às políticas educacionais que favoreçam uma educação de qualidade e ao

mesmo tempo garanta o acesso e a permanência de todos os alunos matriculados, oferecendo atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, visando à educação inclusiva nas Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em turmas comuns do ensino regular exige interação constante entre professores dessas turmas e professores de apoio pedagógico especializado para que o aluno consiga atingir um rendimento escolar satisfatório. São atendidos pela equipe do CEMAE alunos que apresentem algum quadro de deficiência mental, físico/motora, visual, auditiva e múltiplas e aqueles com dificuldades acentuadas de aprendizagem como: dislexia e disfunções correlatas, problemas de atenção, entre outros. (TELEMACO BORBA, 2007, p. 37).

O CEMAE ainda assiste às escolas onde estão matriculados alunos com necessidades educacionais especiais, visando colaborar com o trabalho dos professores na sala de aula do ensino regular. A viabilização de transporte escolar para esses alunos também faz parte das ações do CEMAE, que ainda colabora com adaptações de material, de currículo e de mobiliário.

4.1.5 Estudos Complementares – Processos de Intervenção

Esse projeto expõe que a escola deve mostrar, através de um trabalho competente que toda criança é capaz de aprender e de apresentar a especificidade própria de pensamento. Nesse sentido, a partir do ano de 2006, a SME reforçou a necessidade de se encontrar mecanismos de inclusão e promoção de todos os alunos, desenvolvendo ações no sentido de proporcionar-lhes uma aprendizagem real, no caso de alguns alunos não conseguirem apropriar-se do conhecimento veiculado pela escola, esta deverá oferecer-lhes outras oportunidades de aprendizagem que lhes possibilite aprender como os demais alunos.

Para diminuir as lacunas que separa o estudante das escolas municipais do sucesso escolar, a presente proposta prevê atividades de intervenção denominada Estudos Complementares, destinada aos alunos com maiores dificuldades na aprendizagem ou que estejam em defasagem de conteúdos em relação ao ano do ciclo em que estão inseridos. Essas atividades acontecem em horário contrário ao do período normal das aulas (contraturno) ou durante o mesmo período (reforço paralelo), conforme as possibilidades da escola, em aulas complementares ministradas por professores com formação específica.

A metodologia desse trabalho abrange de atividades que contemplam as necessidades de cada grupo de alunos, formado por no máximo cinco estudantes, com atividades relacionadas à oralidade, à leitura, à interpretação, à produção de textos, além de passeios

pedagógicos. Na Linguagem matemática, as situações-problema são relacionadas aos temas da vida cotidiana, utilizando-se jogos e brincadeiras que levem o aluno ao raciocínio de forma mais efetiva.

Com isso espera-se ajudar os alunos a compreenderem e assimilarem de maneira real os conhecimentos criando a partir deles os seus próprios conceitos sobre a realidade. Para que possam escrever uma história de sucesso escolar.

4.1.6 Mobilização para a Inclusão Escolar e Valorização da Vida

Esse projeto foi introduzindo nas escolas com o objetivo de prevenir o problema relacionado a evasão escolar. A instituição de ensino tem o dever de comunicar o conselho Tutelar sobre os alunos faltosos, preenchendo e encaminhando a ficha do FICA (no caso de haver 03 faltas consecutivas ou 05 faltas intercaladas no mês). A professora e chefe da Divisão de Planejamento de Ensino, complementa que outro fator que contribui para diminuição do índice de evasão escolar é o Programa Bolsa Família do Governo Federal que exige frequência escolar para posteriormente liberar o benefício a família do aluno.

O Conselho Tutelar tem a missão de investigar as causas da evasão e da exclusão escolar. A partir disso, o programa prevê que a escola tome todas as iniciativas para garantir a permanência do aluno no sistema educacional, conscientizando-o da importância da educação em sua vida e para seu futuro. O FICA baseia-se na compreensão de que a permanência no processo de escolarização e o crescimento dos alunos não dependem somente da escola, mas envolvem ações da família e da comunidade (TELÊMACO BORBA, 2007, p. 37).

4.1.7 Formação Continuada dos Trabalhadores em Educação

A formação continuada na rede municipal de educação é vista pela equipe da SME como a mais importante política para valorização de todo processo educacional. Baseia-se na reflexão sobre a prática pedagógica, nos encontros os professores são conscientizados da sua responsabilidade na formação do indivíduo, é uma oportunidade a mais para se fortalecer o comprometimento com a prática pedagógica, além ser possível a partir dos encontros, expor e confrontar as dificuldades e desafios que essa prática impõe no cotidiano da sala de aula e da escola.

Os grupos de estudos que compõe as ações do programa são organizados nas escolas e na SME, os temas abordados são aqueles relevantes às necessidades identificadas nas escolas e na prática cotidiana dos professores, motivados unirem-se ao objetivo comum no sentido de se atingir resultados satisfatórios e revelados num sistema de educacional de qualidade.

Os programas de formação continuada dos professores da rede municipal de ensino de Telêmaco Borba envolve atividades desenvolvidas durante todo o ano letivo, com datas previstas em calendário próprio, incluindo grupo de estudos da S.M.E, grupos de estudo de diretores e coordenadores, cursos específicos em cada modalidade da educação básica, pesquisa – promoção de eventos culturais e, Reuniões do Coletivo de Diretores e Coordenadores Pedagógicos.

Conforme destaca a Proposta Pedagógica do município, a formação continuada aos profissionais do Ensino Fundamental é evidenciada pela oferta de cursos, grupos de estudo, seminários e semanas pedagógicas nas várias áreas do conhecimento, para assim promover a reflexão das práticas, revisão de conceitos e aquisição de novos conhecimentos (TELÊMACO BORBA, 2007, p. 48).

Nesse momento os professores reúnem-se para ler, aprofundar seus conhecimentos teórico-práticos, refletir e discutir sobre seus fazeres cotidianos, partilhar experiências, e planejar atividades. A equipe da S.M.E participa com os professores destas atividades e, quando requisitada oferece palestras, aulas, textos e outros subsídios para enriquecer a formação dos professores e a sua própria formação através de experiências compartilhadas que apresentam as metodologias de trabalho que estão trazendo resultados, incentivando assim a propagação e aperfeiçoamento das formas de ensino que estão colaborando para a aprendizagem dos alunos.

Para a chefe da Divisão de Planejamento de Ensino, a formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar juntamente com o desenvolvimento de recursos pedagógicos associados à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar tem um único objetivo: “proporcionar ao aluno espaço e condições para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas habilidades intelectuais”.

A realização de cursos de formação continuada destinada aos profissionais da educação contempla ainda o desenvolvimento de competências e habilidades, para o uso das tecnologias de comunicação e informação e das diferentes linguagens midiáticas, tendo como perspectiva a transformação da prática pedagógica e a ampliação do capital cultural dos profissionais e estudantes. Além da elevação dos índices de aprendizagem, o desenvolvimento das ações de melhoria da prática educativa pode contribuir para o progresso do aluno e se refletir em índices maiores no IDEB.

4.1.8 Projeto clube da Matemática

O Clube de Matemática Solidário é uma ação desenvolvida com alunos e professores. Eles próprios confeccionam e fazem uso de jogos matemáticos, enriquecendo e dinamizando a aprendizagem. Atualmente o Clube de Matemática se estende à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA), escolas em Tempo Integral, Contraturno socioeducativo e Associação Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Esse projeto foi vencedor em 2010 do Prêmio Escola Voluntária promovido pela Fundação Itaú Social e Rádio Bandeirantes. Iniciado em 2004 como projeto piloto na escola Municipal Dr. Euclides Marcolla, posteriormente foi expandido às demais escolas municipais. Trata-se de uma parceria da Secretaria Municipal de Educação com o Colégio Monte Alegre/Positivo, consiste no ensino da matemática de forma divertida e lúdica.

O objetivo do projeto é diminuir o bloqueio que os alunos apresentam com relação a matemática e desenvolver o raciocínio lógico abordando conteúdos da matemática de forma lúdica. Atualmente o clube da matemática é visto como uma alternativa metodológica que ajuda o aluno a superar dificuldades, contribuindo assim para a qualidade da educação. São os próprios alunos, sob a orientação de um professor, quem elaboraram questões e regras para aplicação dos jogos.

Após confeccionarem os jogos, os alunos estudam as formas de aplicação, adquirem maior segurança, depois aplicam os jogos aos demais alunos da própria escola na denominada matemática de recreio, promovendo interação, diversão e aprendizado. Lembrando que a idealizadora desse projeto foi a professora Mônica Soltau da Silva, que atua na rede particular de ensino.

4.1.9 Projeto Escola e Família por uma educação de qualidade

O projeto Escola e Família tem o objetivo de reforçar as políticas direcionadas a reverter os quadros de baixa frequência, baixo aproveitamento escolar, evasão e distorção idade-série. Esse projeto é uma ação conjunta que envolve a SME, Secretaria Municipal de Assistência Social e também a Secretaria Municipal de Saúde. Mensalmente reuniões são promovidas em meio a momentos sócios interativos com oficinas e palestras.

O objetivo, apontado pela professora e chefe da Divisão de Planejamento de Ensino é desenvolver e valorizar o trabalho coletivo no ambiente escolar, os participantes são especialmente as famílias que fazem parte do Cadastro Único, e as ações visam integra-las no processo ensino-aprendizagem como parceiros e colaboradores. A professora complementa

que o fortalecimento das relações entre escola e família estimula o crescimento do aluno, refletindo resultados positivos na qualidade da educação que esta sendo oferecida.

4.1.10 A Proposta Pedagógica do Município

Conforme destacou a professora e chefe da Divisão de Planejamento de Ensino, a Proposta Pedagógica do município também faz parte das ações desenvolvidas para valorizar a qualidade da educação básica. Com a elaboração dessa proposta houve a unificação e organização das políticas educacionais do município, todas as escolas utilizam-se dessa referência para orientar suas ações.

Para a chefe da Divisão de Ensino, a proposta é um dos instrumentos que reforça a busca constante da administração pública por uma educação de qualidade, tendo como prioridade a escola e o aluno quando estabelece ações voltadas a elevação das condições humanas a partir de uma educação que prepara o indivíduo para as situações e desafios que compõem uma sociedade.

Uma proposta Pedagógica identifica as diretrizes da prática pedagógica na escola, neste sentido a SME de Telêmaco Borba, tomou como referência os princípios que regem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9394/96, valorizando as concepções de educação que visam o desenvolvimento dos educandos como sujeitos sociais e historicamente situados, e a escola como agente transformadora da sociedade, Essa proposta foi apresentada em 2007, a qual iria nortear nos próximos anos, as ações pedagógicas desempenhadas nas escolas da Rede Municipal de Ensino (TELÊMACO BORBA, 2007, p.4).

A preocupação com a qualidade da educação ofertada à população telemacoborbense com a valorização da escola pública democrática, inclusiva que leva à constituição de sujeitos autônomos, conscientes de seu papel histórico e social, constituiu a base para elaboração da proposta pedagógica. Nela a escola esta organizada em ciclos de aprendizagem, no qual se respeita as diferenças entre os alunos em suas necessidades com ênfase no ensino de conteúdos historicamente situados, de bases teóricas científicas, relevantes à vida e à compreensão da realidade.

A referida proposta aborda ações com o propósito de atender a especificidade de cada etapa da Educação Básica garantida pela Rede, articulando cada uma delas, integrando-as e caminhando numa mesma direção, dialeticamente (TELÊMACO BORBA, 2007. P.5).

4.1.11 Plano Municipal de Educação

O Plano Nacional de Educação, constitui-se a principal ferramenta democrática de planejamento da Educação no país. Ainda em fase de aprovação no município, esse documento representa um importante avanço para sustentação das políticas educacionais, pois terá a capacidade de ultrapassar os limites das diferentes gestões governamentais, garantindo a continuidade das políticas educacionais (TELÊMACO BORBA, 2011, p.2).

O documento base que representa o Plano Municipal de Educação foi elaborado por uma comissão constituída pela SME e pelo Conselho Municipal de Educação, observando devidamente o princípio constitucional de gestão democrática do ensino público, proporcionando a garantia de princípios como a transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência, possibilitando o cumprimento de metas e estratégias, assegurando à população telêmacoborbense uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades (TELÊMACO BORBA, 2011, p. 2)

O Plano Municipal de Educação prevê as políticas de desenvolvimento da educação, a valorização dos profissionais da área e o apoio sistemático aos estudantes em todas as fases que perfazem a caminhada acadêmica, ou seja, desde a Educação Infantil até o ensino superior, estabelecendo, portanto as metas e estratégias para se atingir uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidade.

Além das políticas mencionadas acima, a SME desenvolve muitas outras ações, como transporte oferecido gratuitamente aos estudantes da área rural na faixa etária da educação escolar obrigatória (municipal e estadual), oficinas, teatros, musicais, laboratórios de informática, estágio remunerado para estudantes do magistério e do curso de educação física desenvolverem atividades junto ao alunos, projetos de leitura, reparos reformas e ampliações das unidades educacionais, entre tantas outras.

A inclusão digital e os eventos esportivos, culturais e educacionais funcionam como uma política que assegura a permanência da criança na escola. Além disso, todas as ações relatadas até aqui, integram as políticas voltadas a redução da evasão escolar e para a correção de distorções entre idade/série, inibindo assim o índice de repetência. Tais políticas, tem o propósito de atingir o crescimento pleno do indivíduo que vai além das potencialidades intelectuais, pois atuam na minimização das discrepâncias socioculturais e econômicas.

4.2 IDEB Apresentado pelas Escolas Municipais no período de 2005 – 2009

Como já foi descrito, o IDEB lançou seus valores oficiais no ano de 2005. O cálculo é efetuado com base no desempenho dos alunos na Prova Brasil e no índice de aprovação e evasão escolar. Participam dessa avaliação (que refletirá o índice de qualidade da escola), os alunos da 4ª série/5º ano – anos iniciais do ensino fundamental, 9º ano – séries finais do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio.

Em Telêmaco Borba o número de estudantes matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) se aproxima dos cinco mil alunos. Conforme as informações da SME ilustradas na tabela 1, o total de alunos matriculados no município não apresentou variação significativa no período de 2005 a 2010.

Tabela 1: Matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental – 2005 a 2010

Matrículas	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1º ao 5ºano	5061	5223	5281	5267	5067	4806

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Adaptado pelo autor

O IDEB apresentado pelo município de Telêmaco Borba, nos três níveis participantes das avaliações externas que compõe o índice, apresentou logo na terceira edição um resultado maior que a projeção do governo, alcançando assim a meta prevista para 2013, conforme se visualiza na tabela 2.

Tabela 2: IDEB 2009 do município e as projeções para 2021/2022

IDEB	IDEB observado	Metas projetadas					
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais E.F	5,2	5,0	5,2	5,5	5,8	6,0	6,3
Anos finais E.F	3,6	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	4,9
Ensino Médio	3,9	3,6	3,9	4,2	4,6	4,9	5,1

Fonte: Plano Municipal de Educação (TELÊMACO BORBA, 2011, p. 32)

Para ideal cumprimento dos objetivos, o presente trabalho irá enfatizar somente os resultado do IDEB pertencente as escolas municipais, as comparações entre os índices da microrregião de Telêmaco Borba e a media estadual segue a mesma abordagem, ou seja, com dados das escolas municipais e ênfase nas séries iniciais do ensino fundamental que compreendem até 5º ano/ 4ªserie.

A tabela 3 mostra o desempenho das 23 escolas municipais de Telêmaco Borba nas três últimas edições da Prova Brasil e a projeção que cada escola deverá conseguir para atingir a meta prevista para o ano de 2022. Os resultados expressos representam o desempenho dos alunos das series iniciais do ensino fundamental: que vai até a 4 série/5ºano com relação a

nota obtida na Prova Brasil e nas taxas de rendimento e evasão escolar (fluxo), neste caso considerando todos os alunos que estão matriculados.

Tabela 3: desempenho das escolas municipais e a projeção para 2021/2022.

Escola	Ideb Observado			Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Mal Arthur da Costa e Silva	4.4	5.6	5.8	4.5	4.8	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5
Prof. Bento Mossurunga	3.9	4.5	5.0	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1
Dom Bosco	4.5	4.7	5.4	4.6	4.9	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3	6.6
Pres. Castelo Branco	3.8	4.1	4.4	3.9	4.2	4.7	4.9	5.2	5.5	5.8	6.0
Castro Alves	4.0	3.8	5.2	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6	5.9	6.2
Prof. Etelvina a Costa	4.2	4.6	5.1	4.3	4.6	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3
Dr. Euclides Marcolla	4.1	4.4	5.0	4.2	4.5	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2
Dep. Fabiano B. Cortes		4.4	5.5		4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0	6.3
Regente Feijó		4.0	5.8		4.2	4.5	4.8	5.1	5.3	5.6	5.9
Goncalves Ledo	4.3	4.2	5.1	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4
Prof. Juventina B.da Silva			4.7			4.9	5.2	5.5	5.7	6.0	6.3
Leopoldo Mercer	3.4	4.0	4.6	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.6
Mae do Perpétuo Socorro	6.0	5.8	6.4	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4	7.6
Prof. Paulo Freire		4.1	4.8		4.3	4.6	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0
Dom Pedro I	4.3	4.6	5.1	4.4	4.7	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4
Dep. Pericles P da Silva	4.0	4.2	5.3	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6	5.9	6.2
Samuel Klabin	3.5	4.2	4.9	3.6	3.9	4.4	4.6	4.9	5.2	5.5	5.8
Santos Dumont			4.8			5.0	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4
São Silvestre	3.1	3.6	4.5	3.2	3.5	4.0	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4
Terezinha de Jesus	4.5	4.3	5.2	4.6	4.9	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3	6.6
Conselheiro Zacarias	4.7	4.7	5.0	4.8	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5	6.7
31 de Março	3.7	3.9	4.8	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7	5.9

Fonte: BRASIL (2011)

Observa-se que todas as escolas conquistaram em 2009 a meta esperada para esse período, todas as escolas apresentaram em 2009, evolução na média com relação a 2005, ano de divulgação dos primeiros resultados, com exceção da Escola Municipal Conselheiro Zacarias que ficou 2% abaixo da média esperada para 2009. A escola Mãe do Perpétuo Socorro obteve maior índice, 6.4 e a Escola Municipal Regente Feijó atingiu 5,8, meta esperada para 2019.

Entre a primeira e a segunda edição da Prova Brasil, observa-se que mesmo adotando as mesmas políticas, as escolas municipais de Telêmaco Borba não obtiveram o mesmo nível de desenvolvimento. A tabela 6 evidencia o percentual de evolução do IDEB entre os anos de 2005 a 2007 e de 2007 a 2009 nas séries iniciais do ensino fundamental.

Tabela 4: Evolução do IDEB por escola da rede municipal

Escola	IDEB		Evolução %	IDEB		Evolução %
	2005	2007		2007	2009	
Mal Arthur da Costa e Silva	4.4	5.6	27,3	5.6	5.8	3,00
Prof. Bento Mossurunga	3.9	4.5	15,4	4.5	5.0	11,1
Dom Bosco	4.5	4.7	4,00	4.7	5.4	14,8
Pres. Castelo Branco	3.8	4.1	8,00	4.1	4.4	7,30
Castro Alves	4.0	3.8	-5,00	3.8	5.2	36,8
Prof. Etelvina a Costa	4.2	4.6	9,00	4.6	5.1	10,8
Dr. Euclides Marcolla	4.1	4.4	7,00	4.4	5.0	13,6
Dep. Fabiano B. Cortes		4.4	**	4.4	5.5	25,0
Regente Feijó		4.0		4.0	5.8	45,0
Goncalves Ledo	4.3	4.2	-2,00	4.2	5.1	21,4
Prof. Juventina B.da Silva			**		4.7	
Leopoldo Mercer	3.4	4.0	17,6	4.0	4.6	15,0
Mae do Perpetuo Socorro	6.0	5.8	-3,00	5.8	6.4	10,3
Prof. Paulo Freire		4.1	**	4.1	4.8	17,0
Dom Pedro I	4.3	4.6	6,00	4.6	5.1	10,8
Dep. Pericles P da Silva	4.0	4.2	5,00	4.2	5.3	26,1
Samuel Klabin	3.5	4.2	20,0	4.2	4.9	16,6
Santos Dumont			**		4.8	
São Silvestre	3.1	3.6	16,1	3.6	4.5	25,0
Terezinha de Jesus	4.5	4.3	-4,00	4.3	5.2	20,9
Conselheiro Zacarias	4.7	4.7	-	4.7	5.0	6,00
31 de Março	3.7	3.9	5,00	3.9	4.8	23,0

Fonte: BRASIL (2011). – Adaptado pelo autor.

Entre 2005 e 2007, a escola municipal Arthur da Costa e Silva foi a que mais avançou em relação as demais, em 2009 não apresentou o mesmo ritmo de crescimento antes de 27%, correspondeu a 3% no ano de 2009. A escola municipal Castro Alves evoluiu negativamente de 2005 para 2007, em contrapartida elevou em 36,8% seu índice em 2009.

** Escolas inauguradas em data posterior a edição da Prova Brasil

A escola municipal Fabiano Braga Cortes não participou da primeira edição, em 2009 o índice foi satisfatório, 25% maior que o resultado de 2007. A escola Gonçalves Ledo também apresentou índice desempenho negativo entre a primeira e segunda edição da Prova Brasil, em 2009 seu resultado foi favorável e acima de 20%.

A escola Mãe do Perpétuo Socorro, obteve maior IDEB no ano de 2005, 93% maior que o menor índice observado no mesmo período, pertencente a escola municipal São Silvestre, esse resultado aumentou o conceito dessa escola, ao mesmo tempo em que a projeção a ser alcançada também se elevou. Em 2007 a escola tida como referência não evoluiu. Na edição de 2009 essa escola superou a projeção estimada para o período ao apresentar um crescimento de 10,3%, com IDEB de 6,4 se firmou como a escola a conseguir o maior índice em todas as edições da Prova Brasil.

A escola Conselheiro Zacarias não apresentou evolução em 2007, aumentando em 2009 seu índice em 23% e recuperando dessa forma a proximidade com a meta preestabelecida, mesmo assim ficou 2% abaixo do IDEB previsto para 2009. As escolas municipais que não evoluíram em 2007 com relação a 2005 representou 29%.

No ano de 2009 todas as escolas municipais evoluíram com relação a 2007 sendo que 23% delas apresentaram crescimento inferior a 10%, e 23% dessas escolas não mantiveram o mesmo ritmo de crescimento do índice. O maior percentual de crescimento foi demonstrado pela escola Municipal Regente Feijó, que obteve em 2009 um índice 45% maior que aquele apresentado em 2007, e o IDEB conquistado representa a meta estabelecida para essa escola atingir no ano de 2019, desta forma foi a unidade escolar que mais avançou.

Sabe-se que cada Estado, cada município e cada uma das escolas da Federação brasileira, deverão evoluir no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, por isso cada secretaria de educação vem estudando e adotando políticas que levem a cumprir com esse objetivo que assume status de desafio para muitas escolas. A tabela 5 mostra em percentual, o crescimento que as escolas municipais de Telêmaco Borba deverão apresentar para atingir a meta que se espera de cada uma delas para se cumprir com as estimativas previstas para 2022.

Tabela 5: Aumento esperado para os anos iniciais do ensino fundamental

Escola	IDEB Observado			Meta	Aumento esperado (%)
	2005	2007	2009	2021	
Mal Arthur da Costa e Silva	4.4	5.6	5.8	6.5	12,0
Prof. Bento Mossurunga	3.9	4.5	5.0	6.1	22,0
Dom Bosco	4.5	4.7	5.4	6.6	22,2
Pres. Castelo Branco	3.8	4.1	4.4	6.0	36,3
Castro Alves	4.0	3.8	5.2	6.2	19,2
Prof. Etelvina a Costa	4.2	4.6	5.1	6.3	23,5
Dr. Euclides Marcolla	4.1	4.4	5.0	6.2	24,0
Dep. Fabiano B. Cortes		4.4	5.5	6.3	14,5
Regente Feijó		4.0	5.8	5.9	1,70
Goncalves Ledo	4.3	4.2	5.1	6.4	25,5
Prof. Juventina B.da Silva			4.7	6.3	34,0
Leopoldo Mercer	3.4	4.0	4.6	5.6	21,7
Mae do Perpetuo Socorro	6.0	5.8	6.4	7.6	18,0
Prof. Paulo Freire		4.1	4.8	6.0	25,0
Dom Pedro I	4.3	4.6	5.1	6.4	25,4
Dep. Pericles P da Silva	4.0	4.2	5.3	6.2	17,0
Samuel Klabin	3.5	4.2	4.9	5.8	18,3
Santos Dumont			4.8	6.4	33,3
São Silvestre	3.1	3.6	4.5	5.4	20,0
Terezinha de Jesus	4.5	4.3	5.2	6.6	27,0
Conselheiro Zacarias	4.7	4.7	5.0	6.7	34,0
31 de Março	3.7	3.9	4.8	5.9	23,0

Fonte: BRASIL (2011) – Adaptado pelo autor

Ao analisar o caminho a ser percorrido para se atingir aos objetivos esperados para o ano de 2021/2022, verifica-se que apesar dos esforços e do trabalho desenvolvido pela SME do município de Telêmaco Borba, ainda há muito a ser feito. De acordo com as informações acima, a única escola municipal em situação confortável é a Regente Feijó, que com o salto dado de 2007 para 2009, precisa avançar apenas 1,7% para conseguir o índice preestabelecido de 5.9.

Em situação de alerta aparecem 17,4% das escolas, que precisam melhorar seus resultados acima de 30% para que atinjam o índice previsto para o ano de 2021/2022. Daí a importância do indicador, que a partir dos resultados consegue revelar que as escolas municipais Castelo Branco, Juventina B. da Silva, Santos Dumont e Conselheiro Zacarias precisam desenvolver e intensificar as políticas educacionais para o crescimento efetivo desse índice que revela a qualidade do ensino ofertado. Ainda com relação a tabela 7, aproximadamente 60% das escolas municipais precisam aumentar o índice em mais de 20% para cumprir com as metas estipuladas para o ano de 2022, configurando um grande desafio para a SME.

A realização de fóruns anuais, com base nas informações tratadas neste trabalho, poderia contribuir para a troca de experiências e análise aprofundada sobre os resultados, até para que o professor possa conhecer o IDEB de sua escola, possibilitando um envolvimento maior sobre esse assunto, ao mesmo tempo em que contribuiria para alertar os profissionais da educação sobre a importância do comprometimento de todos para se alcançar a qualidade contínua do ensino e a formação integral do indivíduo.

4.2.1 Comparativo do Índice com a microrregião e o Estado do Paraná

Considerando os recortes, regionais o município de Telêmaco Borba faz parte de uma microrregião, composta pelos municípios de Imbaú, Ortigueira, Reserva, Tibagi e Ventania. Todos esses municípios integram a Associação dos Municípios dos Campos Gerais – AMCG, divisão sócio econômica adotada para a Região Centro Oriental (TELEMACO BORBA, 2005, p.22).

Para comparar os índices dos municípios vizinhos e pertencentes a microrregião de Telêmaco Borba, os números foram distribuídos na tabela 08, que trás os números relacionados ao IDEB das séries iniciais do ensino fundamental, para assim verificar se o município em questão apresenta vantagens relacionadas aos índices de qualidade da educação básica fundamental, especificamente das series iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano). Para completar a tabela, foi incluído o município de Curiúva, por também fazer divisa com o município de Telêmaco Borba, porém o mesmo não compõe a microrregião.

Tabela 6: IDEB da microrregião - séries iniciais do ensino fundamental

Município	IDEB Observado			Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Imbau	4.0	4.2	4.2	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6	5.9	6.2
Ortigueira	3.4	3.9	4.4	3.4	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.6
Reserva	3.7	4.2	4.4	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7	5.9
Tel. Borba	4.2	4.4	5.2	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3
Tibagi	4.0	4.3	4.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6	5.9	6.2
Ventania	3.4	3.8	4.2	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Curiúva	3.6	3.9	4.3	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.2	5.5	5.8

Fonte: BRASIL (2011) – Adaptado pelo autor

Observa-se a partir dos resultados que o município de Telêmaco Borba apresentou o maior IDEB nas três edições, considerando o ano de 2009, a média desse município foi de 23,8% maior do que as duas escolas que apresentam o menor índice para esse mesmo ano, o qual correspondeu a 4,2. Somente o município de Imbaú não conseguiu repetir o desempenho de 2007, faltando 4,47% para se atingir o índice previsto para 2009. Os demais municípios

apresentaram resultados até acima da meta esperada. O município de Ortigueira apresenta menor média a ser atingida até 2021/2022

Na tabela 7 observa-se o crescimento do índice em percentual no ano de 2009, comparado aos resultados da primeira edição divulgados no ano de 2005. Foram relacionadas as médias do IDEB referente aos anos iniciais ensino fundamental dos seis municípios que compõe a microrregião mais o município de Curiúva que também faz divisa com Telêmaco Borba.

Tabela 7: Variação do IDEB na microrregião - 2005 a 2009

Município	IDEB (séries iniciais)		Evolução apresentada (%)
	2005	2009	
Imbaú	4.0	4.2	5,00
Ortigueira	3.4	4.4	29,0
Reserva	3.7	4.4	19,0
Telêmaco Borba	4.2	5.2	23,8
Tibagi	4.0	4.8	20,0
Ventania	3.4	4.2	23,5
Curiúva	3.6	4.3	19,4

Fonte: BRASIL, (2011) – Adaptado pelo autor

Os dados revelam que o município de Ortigueira, Telêmaco Borba e Ventania apresentaram maior variação entre a primeira e a terceira edição do IDEB, não muito distante dos resultados apresentados pelos municípios de Reserva, Tibagi e Curiúva, a variação menos considerável foi do município de Imbaú, a evolução no índice não ultrapassou 5%. O município de Imbaú repetiu em 2009 o índice alcançado em 2007, isso fez com que a estimativa para a média de 2021 subisse, porém, na última edição da prova Brasil, o município não evoluiu, se distanciando, portanto, da meta prevista para 2021/2022.

Cada setor educacional apresenta um ritmo próprio de progressão conforme mostra os números do IDEB, por isso a meta para 2021/2022 difere de escola para escola e de Estado para Estado, a projeção é feita com base no desempenho da primeira edição.

O desafio para as escolas que já conquistaram um bom índice é conseguir manter os resultados e aquelas que não atingiram ou estão em zona de alerta também tem o compromisso de intensificar os trabalhos orientados por políticas eficientes, portanto esse indicador não permite que nenhuma escola se estacione ou se acomode.

A tabela 8 especifica o percentual a ser percorrido por cada município da microrregião de Telêmaco Borba para se chegar ao índice programado pela esfera governamental e que abrange os anos iniciais do ensino fundamental.

Tabela 8: Meta do IDEB esperado para municípios da microrregião em 2021 /2022

Município	IDEB	Projeção	Evolução esperadas (%)
	2009	2021	
Imbaú	4.2	6.2	47,6
Ortigueira	4.4	5.6	27,2
Reserva	4.4	5.9	34,0
Telêmaco Borba	5.2	6.3	21,1
Tibagi	4.8	6.2	29,1
Ventania	4.2	5.7	35,7
Curiúva	4.3	5.8	34,9

Fonte: BRASIL (2011) – Adaptado pelo autor

Todas as escolas municipais que compõe a microrregião analisada, assim como o município de Curiúva que faz divisa com Telêmaco Borba, precisam avançar em mais de 20% no índice para alcançarem os números almejados para 2021/2022

O município de Telêmaco Borba tem a maior projeção para alcançar entre as sete localidades citadas, porém as informações mostram que esse é o município que está mais próximo de atingir a meta estabelecida para 2021/2022, devendo aumentar o índice médio das escolas em 21%. Em situação desfavorável encontra-se o município de Imbaú que deverá vencer as dificuldades e implementar as políticas adequadas para aumentar seu índice em 47,6% nos próximos dez anos, já que em 2009 o crescimento do índice permaneceu estático.

O município de Tibagi tem quase a mesma projeção do município de Telêmaco Borba, mas como apresentou um desempenho inferior ao município analisado na segunda edição da Prova Brasil, deverá avançar quase 30% nos próximos dez anos para cumprir com a projeção estimada. Na possibilidade de continuar o presente estudo, seria interessante verificar a influência econômica sobre o IDEB, já que os resultados mostraram que a escola e o município que aparentemente apresentam boa situação econômica, obtiveram um maior índice.

Para melhor compreender se as escolas municipais de Telêmaco Borba estão evoluindo dentro do cenário educacional paranaense com o desenvolvimento e aplicação de ações políticas promovidas pela administração pública, foram distribuídas as informações sobre a média estatual na tabela 9.

Tabela 9: Média estadual, média municipal e projeção do IDEB para 2021/2022

E. Fundamental séries iniciais	IDEB Observado			Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Média Estadual	4.4	4.8	5.3	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5
Média Municipal	4.2	4.4	5.2	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3

Fonte: BRASIL (2011) – Adaptado pelo autor

As informações mostram que o município de Telêmaco Borba esteve 4% abaixo do IDEB observado no estado do Paraná no ano de 2005, em 2007 esse distanciamento foi maior e compreendeu 9%. No ano de 2009 o município se aproximou muito da média estadual, ficando apenas 2% abaixo do índice observado para o Estado.

Contudo, considerando as metas estabelecidas pelo MEC, o resultado ainda é satisfatório, embora o índice de 2007 tenha sido 2,3% menor que a meta estatual, o resultado obtido pelo município em 2009 foi 8% maior que aquele estimado pelo governo para o mesmo ano, os números se mostram ainda mais animadores se for observado que o IDEB atingido pelo Município em 2009 alcançou o índice que o Estado deve apresentar em 2011. Considerando somente o contexto municipal, o IDEB conquistado de 5,2 se refere ao número que Telêmaco Borba deveria apresentar em 2013, o que pode ser considerado um avanço.

O IDEB é calculado a partir do rendimento escolar, relacionado à taxa e o fluxo escolar que diz respeito à evasão. As informações expressas na tabela 10 mostram como esses fatores se apresentaram na rede municipal de educação no período de 2007 a 2010.

Tabela 10: Aproveitamento escolar no município de Telêmaco Borba

Ano	Taxa de aprovação (%)	Taxa de reprovação (%)	Taxa de abandono (%)
2007	91,9	7,4	0,7
2008	97,4	2,1	0,5
2009	98,4	1,5	0,1
2010	96,0	3,9	0,1

Fonte: Secretaria Municipal de Educação/Telêmaco Borba – Adaptado pelo autor

Os valores dispostos na tabela explicam o resultado observado no IDEB de 2007 e 2009 para o município de Telêmaco Borba. Entre o ano de 2006 e 2007, período da segunda edição da prova Brasil, o crescimento no IDEB foi de apenas 4% comparado a 2005, quando comparamos o índice conquistado em 2009, observa-se que ele cresceu 18% em relação a 2007. A taxa elevada de reprovação em 2007 que atingiu 7,4% acompanhada da taxa de evasão superior aos demais períodos justifica o avanço inferior ao ano de 2009, que contou com uma taxa de aprovação de 98,4 e índice de evasão igual a 0,1%.

Esses resultados revelam certos avanços por parte das políticas públicas difundidas e implementadas na rede municipal de educação do município de Telêmaco Borba, se for observado verifica-se que os números referentes às taxas de reprovação e de abandono nas séries iniciais do ensino fundamental caíram consideravelmente no ano de 2009, comparado a 2007, números que podem justificar o avanço do IDEB observado em 2009.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o conhecimento acontece de maneira constante, com acúmulo de várias informações nas diversas etapas de uma vivência, julgou-se importante apresentar a definição do termo ‘indicadores’ e sua expansão nos setores econômico e sociais para melhor compreender e justificar sua utilização no processo que tem por objetivo revelar os caminhos a ser percorrido para alcançar a qualidade da educação básica.

Para se chegar ao assunto relacionado ao tema, a pesquisa bibliográfica forneceu o embasamento a partir da classificação, descrição e uso de indicadores, considerando sua influencia nas atividades de planejamento e implementação de políticas, com ênfase nas políticas públicas, contexto no qual se insere a educação, objeto principal do presente trabalho.

Ainda com relação à educação, ficou evidente que as avaliações externas funcionam como fomento para a existência dos indicadores que medem o desempenho dos estudantes e projetam os índices relacionados à qualidade da educação no país. A Constituição de 1988 já estabelecia legalmente a necessidade de se conhecer a realidade educacional para assim estabelecer os novos rumos, que por sua vez pudessem garantir plenamente ao ser humano seu acesso gratuito a uma educação de qualidade.

Neste sentido, com a criação do SAEB em 1990, o governo se propôs a dar sequencia no processo de intervenções para tentar resgatar a educação básica. Outros avanços foram observados, como a elaboração do Plano Nacional de Educação, o qual abriu espaço para a instituição do PDE em 2007, este baseado no rendimento escolar dos alunos e nas notas das avaliações externas, o que determinou aquele que seria o eixo principal do Plano de Desenvolvimento da Educação: o IDEB.

Percebe-se que esse indicador é utilizado para nortear as ações dos gestores e sugerir o estabelecimento de metas que favoreçam a elevação da qualidade do ensino com queda da evasão escolar. Neste sentido, a pesquisa bibliográfica e outras formas metodológicas já descritas anteriormente, como o levantamento de dados, por exemplo, concedeu os meios necessários para uma melhor compreensão dos resultados obtidos pelo município relacionados ao IDEB, sua influência na formulação de políticas que vislumbrem o progresso da Educação, a evolução do indivíduo como ser atuante da sociedade e a valorização dos profissionais da educação.

Entre os autores abordados na pesquisa, nem todos concordam que o IDEB é um instrumento que revela as reais condições do ensino, pensadores como Krawczyk e Oliveira, demonstram receios sobre as avaliações externas que podem induzir à promoção do aluno com vistas a atingir os índices estatísticos propostos pelos órgãos governamentais, em

contrapartida mascaram resultados que não expõem o verdadeiro nível intelectual dos estudantes.

O fato evidente é que esse indicador conquistou credibilidade por parte das autoridades políticas, especialmente para formulação de diagnósticos sobre a situação educacional, permitindo a projeção de metas individuais para incremento da qualidade do ensino em cada unidade da rede. Essa proporção alcançada nacionalmente pelo IDEB inibe as hipóteses pessimistas acerca desse indicador que ganha evidência ao mesmo tempo em que consegue revelar com certo grau de credibilidade a situação em que se encontra o ensino nacional e o estágio de evolução da educação básica no Brasil.

Mesmo as escolas que apresentam índice satisfatório, são induzidas a continuar o trabalho para manter essa evolução. As redes e escolas com maior dificuldade são identificadas de forma mais clara com o uso desse indicador, o que favorece o direcionamento das metas e aplicação concentrada de recursos e esforços no sentido de diminuir a desigualdade entre as unidades de ensino.

A partir da elaboração deste trabalho, constatou-se que, na cidade de Telêmaco Borba, a SME desenvolve inúmeras políticas educacionais que contemplam todo o sistema, demonstrando preocupação e comprometimento nas ações executadas para que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. Apesar de todo trabalho desempenhado, verifica-se que o desafio para cumprir as metas previstas para o ano de 2022 existe, visto que 60% das 23 escolas precisam elevar seu IDEB em mais de 20% para atingir a projeção de 2021/2022, evidenciando, portanto, que o trabalho é permanente e o desafio contínuo, pois mesmo com a elevação do índice as escolas devem continuar crescendo, somado a isso existem as oscilações, visto que muitas escolas não conseguem repetir os mesmos resultados e o perfil dos alunos que participam das avaliações também não permanece constante.

Os dados numéricos deixaram evidente que as políticas educacionais adotadas vêm contribuindo para o avanço do índice, atendendo ao compromisso da gestão pública municipal em oferecer a população um ensino de boa qualidade, revelando ainda que, o município de Telêmaco Borba já avançou consideravelmente, tem o índice compatível com a meta estabelecida pelo governo e, se apresenta acima da média quando comparado aos municípios da microrregião, isso se deve a grande preocupação da SME em executar políticas que garantam o pleno acesso e permanência do aluno na escola, desde a matrícula até a conclusão ao mesmo tempo em que intensificou as ações no sentido de reverter quadro de baixa frequência, melhorar o aproveitamento, diminuir a evasão e a distorção idade série, além de valorizar a crescente integração da família com o ambiente escolar.

Entre os pontos prioritários para melhoria da qualidade do ensino, valorização da educação e elevação dos indicadores, a chefe da Divisão de Planejamento de Ensino destaca a

organização da proposta pedagógica da rede municipal, a formação continuada dos profissionais da educação juntamente com o acompanhamento efetivo da aprendizagem dos alunos por parte da SME como elementos fundamentais que tem garantido a melhoria da qualidade da educação municipal e conseqüentemente a elevação dos índices relacionados.

Uma das sugestões para trabalhos futuros seria verificar se o entusiasmo e comprometimento demonstrado por parte da SME com o direcionamento e execução das políticas educacionais estão sendo compartilhados pelas escolas municipais, ou seja, averiguar se os professores apresentam o mesmo envolvimento com as políticas educacionais, e mais, se esses profissionais da educação conhecem ou se preocupam realmente com o compromisso de atingir as projeções do IDEB referente à sua escola.

Também se verificou que a escola de maior IDEB está localizada na região central do município e aparentemente atende um público de boa situação econômica, nesse mesmo contexto, o município de Telêmaco Borba apresenta algumas vantagens econômicas se comparado a municípios vizinhos e observou-se que o seu IDEB foi maior quando comparado a sua microrregião, para um estudo futuro fica a possibilidade de verificar se as questões econômicas estão lançando influência sobre os resultados do IDEB.

Outra sugestão que poderia funcionar até como medida preventiva para que cada professor conheça o IDEB de sua escola e ao mesmo tempo assuma seu papel como agente ativo no processo de melhoria do ensino, seria propor a Secretaria Municipal de Educação (SME) fóruns anuais, durante a semana pedagógica que ocorre no início do ano, por exemplo, tomando como referência as informações tratadas neste trabalho, tal evento serviria para troca de experiências e análise crítica dos resultados, o que daria maior abrangência para o assunto ao mesmo tempo em que contribuiria para o pleno envolvimento de todos os profissionais da educação em prol de um ensino que busque a qualidade contínua e a formação integrada do indivíduo.

REFERÊNCIAS

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 256p

BOTELHO, Paulo. **Seminário: Debate sobre a importância de Indicadores para elaboração de Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=5735> Acesso em 23.set.2011

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Sistema Nacional da Educação Básica**. Disponível em <http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_77.php>. Acesso em, 09.out.11

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O que são Indicadores Sociais?** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/duvidas/indicadoressociais.html>>. Acesso em, 18.set.2011

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em, 18.out.2011.

_____. MEC. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Conheça o INEP**. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>> Acesso em, 12/out/2011.

_____. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo Escolar**. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>> Acesso em, 14.out.11/2011.

_____. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. - INEP **O que é O Ideb**. Disponível em: http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=5 > Acesso em, 14.out.2011

_____. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **O que é o SAEB**. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/saeb>> Acesso em, 13/out/2011.

_____. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **História da Prova Brasil e do SAEB**. Disponível em <<http://provabrasil.inep.gov.br/historico>> Acesso em, 06.out.2011

_____. MEC. Ministério da Educação. **PDE : Plano de Desenvolvimento da Educação : SAEB : ensino médio : matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília : MEC, SEB; Inep, 2008.127 p. : il.

____ MEC. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Histórico / ENEM**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/historico>> Acesso em, 10.out.2011

____ MEC. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em, 29.out.2011.

____ MEC. INEP. (2009) Nota metodológica sobre a compatibilização de desempenhos do PISA com a escala do SAEB (Nota técnica) Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n_1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em, 20.out.2011

____ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Indicadores de programas: Guia Metodológico**. Brasília : MP, 2010. 128 p.: il. Color

____ **Presidência da República – Casa Civil. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em, 03.out.2011.

____ **Presidência da República Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em, 18.out.2011

____ PROUNI. **O Programa**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140>. Acesso em, 10.nov.2011.

____ IDEB – **Telêmaco Borba Avança na qualidade do ensino**. Disponível em: <<http://www.pmtb.pr.gov.br/noticias/noticia.php?noticia=2308>>. Acesso em, 08.out.2011.

DEPONTI, Cidonea Machado. **Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. Porto Alegre, 2001. 155p. Tese (Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/mono_Cidonea_Machado.pdf> Acesso: 03.set.2011>.

ÉPOCA. **Não Estamos no Caminho de Nada** [online]. Edição nº 548. 14/11/2088. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI17274-15246,00.html>> Acesso em, 14.out.2011

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. INEP: Brasília, 26p. 2007.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público. Brasília 56(2):137-160, abr/jun 2005.

JANNUZZI, Paulo Martino. **Indicadores Sociais na formulação e Avaliação de Políticas Públicas**. 9p. Disponível em: Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf>>. Acesso em, 03.set.2011.

- JANNUZZI, Paulo Martino e ANTICO, Claudia. **Indicadores e a Gestão de Políticas Públicas**. Disponível em <http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao_de_Poi%C3%ADticas_Publicas/Indicadores_e_Gest%C3%A3o_de_Pol%C3%ADticas_P%C3%ABlicas.pdf> Acesso em: 08/out/2011
- KRAWCZYK, Nora Rut. O PDE: **Novo Modo de Regulação Estatal?**. Cad. Pesqui. 2008, vol.38, n.º.135. p. 797- 815. São Paulo: set./dez. 2008
- LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL. **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE**. Disponível em <http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_i.asp> Acesso em, 13/out/2011.
- MARTINS, Angela. Maria. **A descentralização como eixo das reformas do ensino**: uma discussão da literatura. In: Educação & Sociedade : CEDES, n. 77, ano XXII, p. 28-48, dez. 2001.
- MELLO, Guiomar Nano de. **Cidadania e Competitividade**: desafios educacionais do terceiro milênio. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1996. 208p.
- MIRANDA. Cláudio Zumpichiatte. **O uso de indicadores na avaliação do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal** . Brasília, 2010. 32p. Artigo (Especialização em Orçamento Público) – Instituto Serzedello Corrêa – ISC/TCU. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2055748.PDF>>. Acesso em, 05.set.2011.
- MOYSES, Diogo; Brant, João e PRAZERES Michelle (redação e coordenação) Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação. -- 1. ed. -- São Paulo : Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2010. 121p
- OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. Brasília, 2011. 276 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação, Políticas Públicas e Gestão da Educação. Disponível em <<http://biblioteca.fe.unb.br/pdfs/2011-06-061609AnaPaula.pdf>> Acesso em, 14.set.2011
- RICHARDSON, Roberto Jarry. et al. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334p
- SAVIANI, Demerval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação** : Análise do Projeto do MEC. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>> Acesso em, 26.set.2011.
- SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**.3.ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p
- SISTEMA FIRJAN. Manual de indicadores ambientais. Rio de Janeiro: DIM/GTM, 2008. 20p
- SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. **Revisando a teoria da Aprendizagem**. In Clarilza P. de Souza (org) Avaliação do rendimento escolar. 5 ed Campinas: Papirus,1995

SOUZA, Alberto de Mello e. **Dimensões da Avaliação Educacional**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 264p.

TELÊMACO BORBA. **Plano Municipal de Educação**. Disponível em: <http://www.pmtb.pr.gov.br/informacoes/plano/arquivo_edu/textobase-2011.pdf>. Acesso em, 10.out.2011.60p.

_____. **Proposta Pedagógica: Rede Municipal de Ensino**/rev. Claudia M. da Cruz. SME: 2008, 76p.:ilcol.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212p.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 164p. : il.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista com a professora e chefe da Divisão de Planejamento de Ensino

Entrevista

Entrevista aplicada ao profissional da Secretaria Municipal de Educação como parte do estudo monográfico que tem por objetivo Analisar o IDEB e sua influencia na Gestão Pública Municipal e as ações da SME – Um Estudo de caso da cidade do município de Telêmaco Borba/PR.

Gilmar Nunes Machado
Aluno do Curso de Especialização em
Gestão Pública Municipal/ UTFPR

Ocupação Profissional na SME

-
- 1) A Secretaria Municipal de Educação apresenta a preocupação em atingir e/ou melhorar o IDEB quando desenvolve ou executa atividades voltadas à área educacional?
 - 2) Nos últimos 05 anos, após a primeira edição do IDEB, a senhora acredita que as políticas educacionais foram intensificadas?
 - 3) O IDEB do município atingiu o índice previsto para 2013. Pode-se afirmar que a gestão pública encontrou o caminho? Oque ainda pode ser feito?
 - 4) O município investe na formação continuada dos professores e demais profissionais da educação?
 - 5) Quais são as ações e projetos desenvolvidos entre o período de 2005 a 2010 com o intuito de melhorar a qualidade da educação nas escolas municipais?
 - 6) Essas ações são monitoradas? De que forma?
 - 7) Dentre as ações enumeradas, poderia aquela(s) julgada(s) como sendo de maior importância para a melhoria da qualidade do ensino e valorização da educação?

Muito obrigado por essa importante contribuição!